

1. Contexto operacional

A Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. (“Companhia” ou “GLAI”) é uma sociedade por ações constituída em 12 de março de 2004 de acordo com as leis brasileiras. O estatuto social da Companhia dispõe que a mesma tem como objeto social o exercício do controle acionário da GOL Linhas Aéreas S.A. (“GLA”), anteriormente denominada VRG Linhas Aéreas S.A., ou sua sucessora a qualquer título e, por intermédio de sociedades controladas ou coligadas, e explorar também:

- serviços de transporte aéreo regular e não regular de passageiros, cargas e malas postais, em âmbito nacional e internacional, na conformidade das concessões das autoridades competentes;
- atividades complementares de serviço de transporte aéreo por fretamento de passageiros, cargas e malas postais;
- a prestação de serviços de manutenção, reparo de aeronaves, próprias ou de terceiros, motores, partes e peças;
- a prestação de serviços de *hangaragem* de aviões;
- a prestação de serviço de atendimento de pátio e pista, abastecimento de comissaria de bordo e limpeza de aeronaves;
- o desenvolvimento de outras atividades conexas, correlatas ou complementares ao transporte aéreo e às demais atividades descritas acima;
- desenvolvimento de programas de fidelidade; e
- a participação no capital de outras sociedades como sócia, quotista ou acionista.

As ações da Companhia são negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) e na Bolsa de Valores de Nova Iorque - *New York Stock Exchange* (“NYSE”). A Companhia adota as Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da B3 e integra os índices de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (“IGC”) e de Ações com *Tag Along* Diferenciado (“ITAG”), criados para distinguir as empresas que se comprometem com as práticas diferenciadas de governança corporativa.

A sede oficial da Companhia está localizada na Praça Comandante Linneu Gomes, s/n, portaria 3, prédio 24, Jardim Aeroporto, São Paulo, Brasil.

1.1. Estrutura de capital e capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresenta uma posição de patrimônio líquido negativo de R\$4.505.351 (R\$3.088.521 em 31 de dezembro de 2017) e capital circulante líquido consolidado negativo de R\$3.889.721 (R\$2.424.622 em 31 de dezembro de 2017). Ambas as posições são consequência principalmente da desvalorização cambial sobre a diferença entre a posição de ativos e passivos, do Real nos anos de 2015 e 2018 de 47,0% e 17,1%, respectivamente, frente ao dólar norte-americano (“US\$”), a posição de capital circulante líquido também é impactada pelos prazos de pagamentos junto a fornecedores e aumento no volume de operações de fornecedores - risco sacado.

As operações da controlada GLA são sensíveis às variações no cenário econômico e à volatilidade do Real, dado que aproximadamente 50% de seus custos são atrelados ao US\$ e a sua capacidade de ajustar o preço das tarifas cobradas de seus clientes para recapturar a variação do US\$ depende da capacidade racional (oferta) e comportamento dos concorrentes.

A Companhia executa diversas ações para ajustar o tamanho de sua frota a demanda, equipa a oferta de assentos com a demanda para a manutenção de altas taxas de ocupação, redução de custos e adequação da estrutura de capital.

Ao final do ano de 2017, a Companhia executou iniciativas de reestruturação de seu balanço patrimonial, consistindo no alongamento de prazos e na redução do custo financeiro de sua estrutura de dívida como

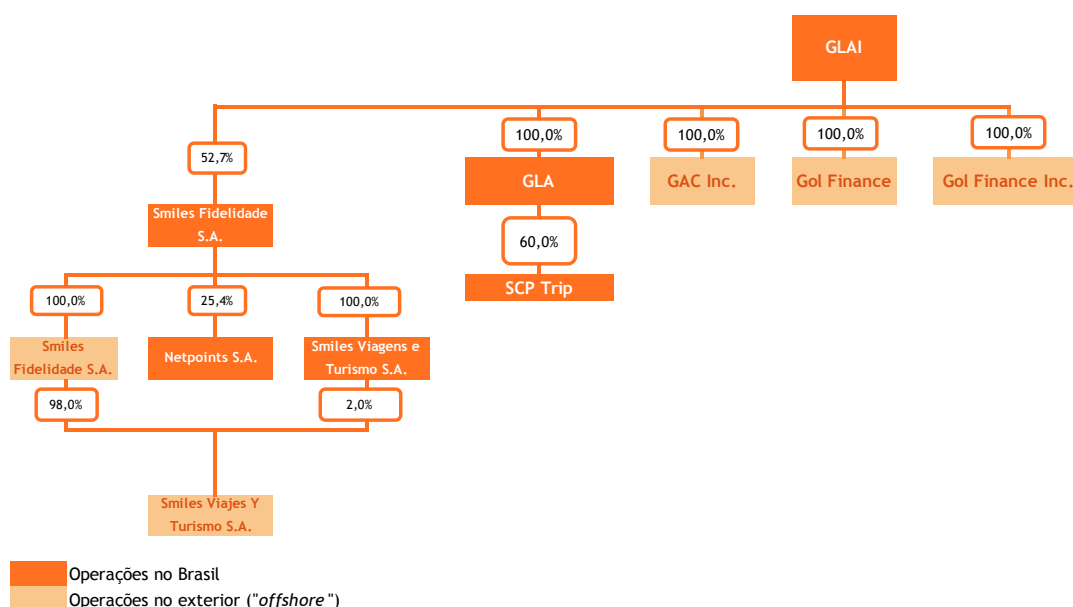
resultado de uma oferta realizada em 11 de dezembro de 2017, com a captação de recursos no montante de US\$500 milhões com taxas de juros de 7,1% a.a., parcialmente destinada à amortização de dívidas com taxa média de 9,8% a.a..

Em outubro de 2018, a Companhia concluiu o refinanciamento das debêntures de sua subsidiária integral GLA, amortizando integralmente o valor total de R\$1.025.000 e emitindo uma nova série de debêntures não conversíveis e sem garantias no valor de R\$887.500, resultando na redução do endividamento líquido em R\$137.500. As novas debêntures foram emitidas com juros de 120,0% do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”), representando uma redução substancial em comparação à dívida amortizada, cuja taxa era de 132,0% do CDI. Essa operação representou desalavancagem adicional do balanço da Companhia e melhor adequou a geração de fluxo de caixa operacional da GLA com a amortização de seus passivos.

A Companhia continuará fortalecendo a gestão dos seus resultados e balanço, de forma a garantir sua sustentabilidade, incluindo a reorganização societária descrita na nota explicativa nº1.3, destas demonstrações financeiras. A Administração entende que o plano de negócios preparado, apresentado e aprovado pelo Conselho de Administração em 17 de janeiro de 2019 demonstra todos os elementos necessários para a continuidade da operação.

1.2. Estrutura societária

A estrutura societária da Companhia e de suas controladas, em 31 de dezembro de 2018, está apresentada a seguir:



As controladas GAC Inc., GOL Finance e GOL Finance Inc., são as entidades constituídas com um propósito específico de dar continuidade às operações da Companhia ou que, ainda, apresentam direitos e/ou obrigações constituídas apenas para satisfazer às necessidades da Companhia. Além disso, não apresentam um corpo diretivo próprio e não possuem autonomia na tomada de decisões. Tais entidades apresentam seus ativos e passivos consolidados linha a linha nas demonstrações financeiras da Controladora.

Em 7 e 20 de novembro de 2018 foram constituídas pela controlada Smiles Fidelidade S.A. ("Smiles

Fidelidade”, anteriormente denominada Webjet Participações S.A. antes da mudança de razão social ocorrida em 1º de julho de 2017) as empresas e agora subsidiárias Smiles Fidelidade S.A. e Smiles Viagens Y Turismo S.A., respectivamente, ambas sediadas em Buenos Aires, na Argentina, com o propósito de fomentar as operações do Programa Smiles e a venda de passagens aéreas naquele país.

A Companhia era controladora direta da Gol Dominicana Lineas Aereas SAS (“Gol Dominicana”), que foi encerrada em 14 de setembro de 2018.

Em 10 de agosto de 2017, a controlada Smiles Fidelidade adquiriu a totalidade das ações da Smiles Viagens e Turismo S.A. (“Smiles Viagens”), cujo propósito principal é a intermediação de serviços de organização de viagens, envolvendo a reserva ou venda de bilhetes aéreos, hospedagens, pacotes de turismo, entre outros. A Smiles Viagens iniciou suas operações em janeiro de 2018.

1.3. Plano de reorganização societária - 2018

Em 15 de outubro de 2018, por meio de Fato Relevante, a Companhia e sua subsidiária Smiles Fidelidade comunicaram os planos de reorganização societária que visam principalmente assegurar a competitividade de longo prazo do Grupo Gol (“GOL”), através do alinhamento de interesses de todos os *stakeholders*, reforçando uma estrutura de capital consolidada, simplificando a governança societária das Companhias do Grupo, reduzindo custos e despesas operacionais, administrativas e financeiras, e aumentando a liquidez no mercado para todos os acionistas da GOL, por meio da incorporação da Smiles Fidelidade pela subsidiária GLA.

Historicamente e ao redor do mundo, os principais programas de fidelidade existentes são controlados e administrados por companhias aéreas. Passagens aéreas são, consistentemente, a categoria de recompensa mais relevante demandada pelos membros dos programas de fidelidade. A GOL é composta pelos líderes nacionais, com uma participação atual de aproximadamente 36% do mercado brasileiro de transporte aéreo de passageiros e uma participação superior a 50% do mercado brasileiro de programas de fidelidade. No Brasil, a concorrência em ambos os mercados de transporte aéreo de passageiros e programas de fidelidade tornou-se mais desafiadora nos últimos anos. A GOL tem realizado esforços intensos e coordenados para aumentar a atratividade dos produtos de transporte aéreo de passageiros da GLA e a atratividade do programa de fidelidade da Companhia para seus clientes e parceiros.

Apesar de tais esforços, limitações do Contrato Operacional e a existência de governança e bases de acionistas distintas revelaram obstáculos para a capacidade dos investimentos necessários e da otimização na coordenação do desenvolvimento de ofertas e produtos. No contexto do referido cenário, a controladora GLAI concluiu que:

- (i) ter estruturas societárias separadas para as duas principais áreas de negócios da GOL não está no melhor interesse dos acionistas da GOL,
- (ii) não pretende renovar o Contrato Operacional com a controlada Smiles Fidelidade com término previsto para 2032, e
- (iii) a Reorganização é a direção que gerará o maior valor para as companhias e seus respectivos acionistas, dentre outros fatores, por:
 - assegurar a competitividade de longo prazo nos seus principais mercados (viagens aéreas e programas de fidelidade);
 - simplificar a estrutura acionária da GOL, alinhando os interesses de todos os acionistas e aumentando a liquidez no mercado das ações negociadas;

- aprimorar e gerar maior eficiência da governança e na tomada de decisões, através da maior coordenação administrativa e do compartilhamento do plano de negócios e da definição de objetivos para todas as empresas da GOL;
- integrar totalmente (em contrapartida à mera consolidação) os resultados financeiros e operacionais das operações, dos balanços e fluxos de caixa da Smiles Fidelidade e da GLA de forma a permitir à GOL otimizar sua estrutura de capital, custo de capital e recursos financeiros, permitindo que a companhia aérea concorra de forma mais eficaz e que o programa de fidelidade se beneficie do melhor posicionamento de seu principal parceiro de negócios;
- melhorar a oferta de produtos para passageiros da GLA e membros e parceiros comerciais do Programa Smiles.

Em razão da decisão de inadmissão da migração da Companhia para o Novo Mercado da B3, bem como das novas oportunidades de estruturação do setor aéreo no Brasil, autorizadas pela Medida Provisória nº863, publicada em 13 de dezembro de 2018, que eliminou todas as restrições à participação de estrangeiros no capital votante das empresas aéreas brasileiras, a Companhia informou, também por meio de Fato Relevante, emitido em 17 de dezembro de 2018 que está avaliando opções adicionais disponíveis para implementação da potencial incorporação da controlada Smiles Fidelidade, à luz do novo cenário do setor aéreo brasileiro que, na opinião da Administração, potencializa a criação de valor aos acionistas da Companhia, ao autorizar o controle não brasileiro da GLA, e de outras estruturas presentes na bolsa de valores brasileira.

1.4. Reorganização societária - 2017

Em 1º de julho de 2017, com o objetivo de otimizar e simplificar a estrutura organizacional a GOL, proporcionando economia tributária decorrente do aproveitamento de saldos acumulados de prejuízos fiscais, foi aprovada a reorganização societária por meio da incorporação da Smiles S.A. pela Smiles Fidelidade. Como consequência da incorporação, a Smiles S.A. foi extinta, com a sucessão de todos os seus bens, direitos e obrigações pela Smiles Fidelidade, nos termos dos artigos 224, 225, 227 e 264 da Lei das Sociedades por Ações.

1.5. Programa de *compliance*

Desde 2016, a Companhia tomou uma série de medidas para fortalecer e expandir seus programas de controles internos e *compliance*, dentre as quais se destacam:

- contratação de empresas especializadas para avaliação de riscos e revisão dos controles internos referentes à fraude e corrupção;
- integração das funções de riscos, *compliance* e controles internos através da Diretoria Executiva de Riscos Corporativos, Compliance e Controles Internos, com reporte direto a Presidência e acesso independente ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria Estatutário;
- monitoramento das transações com pessoas politicamente expostas;
- aprimoramento dos procedimentos de supervisão da execução de serviços contratados;
- atualização das políticas de compras e do fluxo de gestão de contratos;
- revisão do código de ética, do manual de conduta e de diversas políticas de *compliance* incluindo o treinamento obrigatório massivo.

A alta Administração reforça constantemente junto aos colaboradores, clientes e fornecedores seu compromisso de melhoria contínua nos seus programas de controles internos e *compliance*.

Conforme divulgado nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi firmado em dezembro de 2016 um acordo junto ao Ministério Público Federal ("Acordo"), no qual a

Companhia concordou em pagar multas de R\$12 milhões e aperfeiçoar seu programa de compliance. Em contra partida ao compromisso do Ministério Público Federal de não propor ações de qualquer natureza relacionadas a atividades que sejam objeto do Acordo, a Companhia pagou R\$4,2 milhões em multas às autoridades fiscais brasileiras.

A Companhia informou voluntariamente o Departamento de Justiça (“DOJ”) dos Estados Unidos da América (“EUA”), a Securities and Exchange Commission (“SEC”) e a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) sobre a investigação externa e independente que foi contratada pela Companhia, e sobre o Acordo. A investigação foi concluída em abril de 2017, e revelou que foram efetuados pagamentos imateriais a pessoas politicamente expostas. Nenhum dos atuais funcionários, representantes ou membros do Conselho ou Administração da Companhia sabiam de qualquer propósito ilegal por trás de qualquer das transações identificadas, ou de qualquer benefício ilícito para a Companhia decorrente das operações investigadas.

A Companhia informou as autoridades competentes o resultado da investigação e continuará comunicando sobre o desdobramento do tema, acompanhando as análises já iniciadas por estes órgãos. Essas autoridades podem impor multas e possivelmente outras sanções à Companhia.

2. Declaração da Administração, base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas com base no Real (“R\$”) como moeda funcional e de apresentação, estão expressas em milhares de Reais, bem como as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares. Os itens divulgados em outras moedas estão devidamente identificados, quando aplicável.

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros.

A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas de forma contínua.

A Administração, ao elaborar estas demonstrações financeiras, utilizou-se dos seguintes critérios de divulgação: (i) requerimentos regulatórios; (ii) relevância e especificidade da informação das operações da Companhia aos usuários; (iii) necessidades informacionais dos usuários das demonstrações financeiras; e (iv) informações provenientes de outras entidades inseridas no mesmo setor, principalmente no mercado internacional.

A Administração confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela no desenvolvimento de suas atividades de gestão dos negócios.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico,

com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa mensuradas pelo valor justo;
- aplicações financeiras compostas por fundos exclusivos de investimentos, mensuradas pelo valor justo;
- instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; e
- investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram elaboradas com base no pressuposto de sua continuidade operacional, o qual contempla a realização de ativos e a liquidação de passivos no curso normal dos negócios, conforme detalhado na nota explicativa nº1.1.

3. Aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A aprovação e autorização para a publicação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada no dia 27 de fevereiro de 2019, estando ainda sujeitas a deliberação dos acionistas em assembleia geral ordinária que ocorrerá em 17 de abril de 2019.

4. Resumo das principais práticas contábeis

4.1. Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e das subsidiárias nas quais detenha o controle de forma direta ou indireta. Todas as transações e saldos entre a GLAI e suas controladas foram eliminados na consolidação, bem como os lucros ou prejuízos não realizados decorrentes destas transações, incluindo encargos e tributos.

Entidade	Data de constituição	Localidade	Principal Atividade	Tipo de controle	% de participação no capital social	
					2018	2017
Controladas offshore:						
GAC	23/03/2006	Ilhas Cayman	Aquisição de aeronaves	Direto	100,0	100,0
Gol Finance Inc.	16/03/2006	Ilhas Cayman	Captação de recursos	Direto	100,0	100,0
Gol Finance	21/06/2013	Luxemburgo	Captação de recursos	Direto	100,0	100,0
Controladas:						
GLA	09/04/2007	Brasil	Transporte aéreo	Direto	100,0	100,0
AirFim (a)	07/11/2003	Brasil	Fundo de investimento	Indireto	100,0	100,0
Sul América Gol Max (a)	14/03/2014	Brasil	Fundo de investimento	Indireto	100,0	100,0
Smiles Fidelidade	01/08/2011	Brasil	Programa de fidelidade	Direto	52,7	53,8
Smiles Viagens	10/08/2017	Brasil	Agência de turismo	Indireto	100,0	100,0
Smiles Fidelidade Argentina (b)	07/11/2018	Argentina	Programa de fidelidade	Indireto	100,0	-
Smiles Viagens Argentina (b)	20/11/2018	Argentina	Agência de turismo	Indireto	98,0	-
Fundo Sorriso (a)	14/07/2014	Brasil	Fundo de investimento	Indireto	100,0	100,0
Controlada em conjunto:						
SCP Trip	27/04/2012	Brasil	Revista de bordo	Indireto	60,0	60,0
Coligada:						
Netpoints	08/11/2013	Brasil	Programa de fidelidade	Indireto	25,4	25,4

(a) São fundos de investimento que possuem a característica de fundos exclusivos e, em conformidade com as instruções da CVM nº247/1996 e nº408/2004, os ativos de tais fundos são consolidados nas demonstrações financeiras de suas controladoras.

(b) Empresas em fase pré-operacional.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas, consistentes com as utilizadas na controladora e adotadas no exercício anterior, exceto pela adoção do CPC 47, equivalente ao IFRS 15 e adoção do CPC 48, equivalente ao IFRS 9, para maiores detalhes, vide notas explicativas nº4.26.1 e nº4.26.2, respectivamente.

4.2. Investimentos

Os investimentos em coligadas são reconhecidos inicialmente pelo seu custo e posteriormente ajustados pelo método da equivalência patrimonial. Caso a investida gere perdas operacionais que façam com que o patrimônio líquido seja negativo, a Companhia adota as disposições previstas no CPC 18 - “Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto”, equivalente ao IAS 28, e não realiza registros adicionais, sendo o resultado de equivalência novamente registrado quando a investida recuperar a totalidade de perdas acumuladas.

4.3. Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia classifica neste grupo os saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras dos fundos de investimento e títulos de liquidez imediata, e que, conforme análises são considerados prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras classificadas nesse grupo, por sua própria natureza, estão mensuradas a valor justo por meio do resultado, e serão utilizadas pela Companhia em curto intervalo de tempo.

4.4. Aplicações financeiras

Na apresentação e mensuração dos ativos financeiros, a Companhia considera as disposições do CPC 48 - “Instrumentos Financeiros”, equivalente ao IFRS 9, que determina que os ativos financeiros, devem ser inicialmente mensurados a valor justo deduzido dos custos diretamente atribuíveis a sua aquisição. Por sua vez, a mensuração subsequente é dividida em duas categorias:

4.4.1. Custo amortizado

As aplicações financeiras são mensuradas pelo custo amortizado quando todas as seguintes condições forem atendidas:

- a Companhia planeja deter o ativo financeiro de forma a coletar os fluxos de caixa previstos contratualmente;
- os fluxos de caixa contratuais representam apenas o pagamento de juros e principal (“SPPI”); e
- a Companhia não optou pela metodologia de valor justo de forma a eliminar inconsistências de mensuração denominadas “descasamento contábil”.

4.4.2. Valor justo

- por meio do resultado abrangente: as aplicações financeiras serão mensuradas pelo valor justo por meio do resultado abrangente (“FVTOCI”) quando ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) a Companhia planeja deter o ativo financeiro de forma a coletar os fluxos de caixa previstos contratualmente e vender o ativo; e (ii) os fluxos de caixa contratuais representam SPPI;
- por meio do resultado: é considerada uma categoria residual, ou seja, se a Companhia não planeja deter o ativo financeiro de forma a coletar os fluxos de caixa previstos contratualmente e/ou vender o ativo, este deve ser mensurado pelo valor justo por meio do resultado (“FVTPL”).

4.5. Caixa restrito

O caixa restrito é composto principalmente por aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado, utilizadas como garantias vinculadas a instrumentos financeiros e financiamentos de curto e longo prazo.

4.6. Contas a receber

São mensuradas com base no valor faturado, líquido das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, e se aproximam do valor justo dado sua natureza de curto prazo. Com a adoção do CPC 48 - “Instrumentos Financeiros”, equivalente ao IFRS 9, a partir de 1º de janeiro de 2018, a provisão para créditos de liquidação duvidosa passou a ser mensurada através da aplicação da abordagem simplificada, por meio da utilização de dados históricos, projetando-se a perda esperada ao longo da vida do contrato e não mais com base na perda histórica incorrida, por meio dada segmentação da carteira de recebíveis em grupos que possuem o mesmo padrão de recebimento e conforme os respectivos prazos de vencimento. Adicionalmente, para determinados casos, a Companhia efetua análises individuais para a avaliação dos riscos de recebimento.

4.7. Estoques

Os saldos de estoques compreendem principalmente materiais para manutenção e reposição de peças. Os estoques são mensurados pelo custo médio de aquisição acrescidos de gastos tais como impostos não recuperáveis e despesas aduaneiras incorridos na aquisição e nos gastos com transportes até a localização atual dos itens. As provisões para obsolescência dos estoques são constituídas para aqueles itens que não possuem expectativa de realização.

4.8. Imposto de renda e contribuição social

4.8.1. Impostos correntes

No Brasil, compreende o imposto de renda (“IRPJ”) e a contribuição social sobre o lucro (“CSLL”), que são calculados mensalmente com base no lucro tributável, após compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, aplicando-se a essa base a alíquota de 15%

acrescida do adicional de 10% para o IRPJ e 9% para a CSLL.

4.8.2. Impostos diferidos

Os impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base fiscal e a contábil. Os ativos e passivos de impostos e contribuições diferidos são classificados como não circulante. Uma perda é reconhecida quando os estudos internos da Companhia indicarem que a utilização futura desses créditos não é provável.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existir um direito legal exequível de compensar os passivos fiscais com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal sob a mesma entidade tributável, portanto, para fins de apresentação, os saldos de ativo e passivo fiscal, que não atendem ao critério legal de realização, estão sendo divulgados separadamente. Os ativos e passivos fiscais diferidos devem ser mensurados pelas alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas e legislação fiscal vigentes na data das demonstrações financeiras.

As projeções de lucros tributáveis futuros sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são preparadas com base nos planos de negócio e são revisadas e aprovadas anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia.

4.9. Direitos e obrigações com instrumentos financeiros derivativos

Variações nas taxas de juros, câmbio e nos preços do combustível de aviação expõem a Companhia e suas controladas a riscos que podem afetar seus desempenhos financeiros. Com o objetivo de mitigar tais riscos, a Companhia por meio de suas subsidiárias contrata instrumentos financeiros derivativos que podem ou não ser designados para *hedge accounting* e, se designados, são classificados como *hedge* de fluxo de caixa.

4.9.1. Instrumentos financeiros derivativos não designados como *hedge accounting*

A Companhia pode contratar instrumentos financeiros derivativos que não sejam designados para *hedge accounting* quando os objetivos da Gestão de Risco não necessitem de tal classificação. As operações não designadas como *hedge accounting* apresentam a variação de seu valor justo contabilizadas diretamente no resultado financeiro.

4.9.2. Instrumentos financeiros derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa

Os instrumentos designados como *hedge* de fluxo de caixa visam proteger resultados futuros decorrentes das variações das taxas de juros e combustível. A efetividade das variações é estimada com base em métodos estatísticos de correlação e pela proporção entre os ganhos e perdas do *hedge* e a variação dos custos e despesas protegidos. As variações efetivas do valor justo são contabilizadas no patrimônio líquido em “Outros resultados abrangentes”, até o reconhecimento do resultado do objeto do *hedge* na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido. As ineficácias encontradas em cada período de reporte são reconhecidas no resultado financeiro. As transações de *hedge* contabilizadas em “Outros resultados abrangentes” apresentam-se líquidas dos efeitos de impostos, e os respectivos créditos fiscais somente são reconhecidos quando há expectativa de realização dos mesmos.

4.9.3. Desreconhecimento e baixa de instrumentos financeiros derivativos

A contabilização do *hedge* é descontinuada prospectivamente quando a Companhia e suas controladas (i) cancelam a relação de proteção; (ii) o instrumento derivativo vence ou é vendido, rescindido ou executado, (iii) quando há baixa previsibilidade de realização do objeto de *hedge*, ou (iv) quando não se qualifica mais como *hedge accounting*. Caso a operação seja descontinuada, quaisquer ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos em “Outros resultados abrangentes” e acumulados no patrimônio líquido até aquela data são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício.

4.10. Depósitos

4.10.1. Depósitos para manutenção de aeronaves e motores

Referem-se a pagamentos efetuados em dólar norte-americano aos arrendadores para futura manutenção de aeronaves e motores. A realização desses ativos acontece, substancialmente, na utilização do depósito para o pagamento à oficina quando a manutenção é realizada ou por meio de recebimentos de recursos financeiros, de acordo com as negociações efetuadas com os arrendadores. A variação cambial destes pagamentos é reconhecida como despesa ou receita no resultado financeiro. A Administração efetua análises regulares da recuperação desses depósitos com na base na elegibilidade de aplicação de tais valores em eventos de manutenção futuros e acredita que os valores refletidos no balanço são realizáveis.

Alguns dos contratos preveem que, caso não haja eventos de manutenção com possibilidade de utilização dos depósitos, os valores depositados para esta operação não são reembolsáveis. Tais valores são retidos pelo arrendador e representam pagamentos realizados em função da utilização dos componentes até a data de devolução. Valores enquadrados nesta categoria são reconhecidos diretamente em resultado em função dos pagamentos realizados na rubrica de “Material de manutenção e reparo”.

Adicionalmente, a Companhia mantém acordos com alguns arrendadores para substituir depósitos por cartas de crédito, que podem ser executadas pelos arrendadores caso as manutenções das aeronaves e motores não ocorram de acordo com o cronograma de revisão. Vários contratos de arrendamento de aeronaves não requerem depósitos de manutenção, e contam com cartas de crédito para a garantia da

execução da manutenção nos períodos programados (vide nota explicativa nº11). Até 31 de dezembro de 2018, nenhuma carta de crédito havia sido executada contra a Companhia.

4.10.2. Depósitos para garantia e cauções de contratos de arrendamento

Os depósitos e cauções são denominados em dólar norte-americano e atualizados mensalmente pela variação do câmbio, sem rendimento de juros e são reembolsáveis à Companhia ao término dos contratos de arrendamento.

4.11. Imobilizado

Os bens integrantes do ativo imobilizado, incluindo os componentes *rotables*, são registrados pelo custo de aquisição ou construção e incluem juros e demais encargos financeiros. Cada componente do imobilizado que possui um custo significativo em relação ao total do bem é depreciado separadamente. A vida útil econômica estimada dos itens do imobilizado, para fins de depreciação, está demonstrada na nota explicativa nº14.

O valor de mercado estimado ao final de sua vida útil é a premissa para determinação do valor residual dos itens imobilizados da Companhia. Com exceção de aeronaves classificadas como arrendamento financeiro, os outros itens não possuem valor residual. O valor residual e a vida útil dos ativos são revisados anualmente pela Companhia. Eventuais mudanças em função da alteração da expectativa de utilização de tais itens resultam em alterações prospectivas.

O valor contábil do imobilizado é analisado para verificar possível perda no valor recuperável quando fatos ou mudanças nas circunstâncias indicam que o valor contábil é maior que o valor recuperável estimado. O valor contábil das aeronaves é testado para identificação de perdas no valor recuperável anualmente, mesmo que não haja circunstâncias que indiquem a existência de perdas.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item são determinados pela diferença entre o valor recebido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Adicionalmente, a Companhia adota o seguinte tratamento para os grupos abaixo:

4.11.1. Adiantamentos para aquisição de aeronaves

Referem-se a pré-pagamentos em dólar norte-americano efetuados junto a Boeing para aquisição de aeronaves 737-MAX. Os adiantamentos são convertidos pela taxa histórica.

4.11.2. Contratos de arrendamento

Em casos de contrato de arrendamento, nos quais os riscos e benefícios do ativo arrendado são transferidos à Companhia, o ativo é reconhecido no balanço patrimonial com contrapartida ao passivo financeiro, no início do prazo do arrendamento, pelos valores equivalentes ao valor justo do bem arrendado, ou se inferior, pelo valor presente do pagamento mínimo de arrendamento.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os demais arrendamentos de aeronaves e motores são classificados sob a modalidade operacional e os pagamentos são reconhecidos como uma despesa no resultado de forma linear durante o prazo do contrato, na rubrica de “Arrendamentos operacionais”. Os pagamentos futuros de tais contratos não representam uma obrigação registrada no balanço, entretanto, os compromissos assumidos são apresentados na nota explicativa nº28.

4.11.3. Transações de venda e retro arrendamento - *Sale-leaseback*

Os ganhos ou perdas decorrentes de transações de *sale-leaseback* da Companhia classificados após a venda de direitos como arrendamento operacional são reconhecidos da seguinte forma:

- Imediatamente no resultado do exercício quando a transação foi mensurada ao valor justo;
- Caso o preço de transação for estabelecido abaixo ou acima do valor justo, o lucro ou perda é reconhecido imediatamente no resultado, exceto se o resultado for compensado por pagamentos futuros de arrendamento abaixo do valor de mercado (os ganhos ou perdas são diferidos e amortizados na proporção dos pagamentos do arrendamento durante o exercício que se espera que o ativo seja utilizado).

O saldo de perdas diferidas é reconhecido como despesa antecipada, enquanto o saldo de ganhos diferidos é reconhecido como outras obrigações. A segregação entre curto e longo prazo é registrado de acordo com o período contratual do arrendamento que originou tal transação.

4.11.4. Capitalização de obrigações contratuais com condições de devolução de aeronaves

A Companhia contabiliza estimativas de gastos na data de início dos contratos de arrendamento para atender condições de devolução de aeronaves como parte do custo dos ativos com contrapartida a uma provisão no passivo, conforme nota explicativa nº20. Após o registro inicial, o ativo é depreciado linearmente pelo prazo contratual e a provisão atualizada de acordo com as taxas de remuneração de capital vigentes.

4.11.5. Capitalização de gastos com grandes manutenções de motores, aeronaves, trem de pouso e APU's (*Auxiliary Power Unit*)

Os gastos com grandes manutenções, que incluem substituições de peças e mão de obra, são capitalizados somente quando há o prolongamento da vida útil estimada do ativo correspondente. Tais custos são capitalizados e depreciados pelo prazo estimado a incorrer até a próxima data para grande manutenção. Gastos incorridos que não prolonguem a vida útil dos ativos, são reconhecidos diretamente no resultado.

4.12. Ativos intangíveis

4.12.1. Vida útil definida

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis de vida útil definida, geralmente softwares, são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custo de desenvolvimento, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que foi incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indício de perda de seu valor econômico. O período e o método de

amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a vida útil econômica do ativo intangível.

4.12.2. Vida útil indefinida

4.12.2.1. Ágio por expectativa de rentabilidade futura

Nessa categoria estão registrados os valores correspondente ao ágio decorrente das combinações de negócios efetuadas pelas controladas GLA e Smiles Fidelidade. O valor do ágio é testado anualmente através da comparação do valor contábil com o valor recuperável da unidade geradora de caixa. A Administração realiza julgamentos e estabelece premissas para avaliar o impacto das mudanças macroeconômicas e operacionais, a fim de estimar os fluxos de caixa futuros e mensurar o valor recuperável dos ativos.

4.12.2.2. Direitos de operações em aeroportos (“slots”)

Na combinação de negócios da GLA e da Webjet, foram adquiridos *slots* que foram reconhecidos pelos seus valores justo na data da aquisição e não são amortizados. A vida útil estimada destes direitos foi considerada indefinida devido a diversos fatores e considerações, incluindo requerimentos e autorizações de permissão para operar no Brasil e limitada disponibilidade de direitos de usos nos mais importantes aeroportos em termo de volume de tráfego aéreo. O valor contábil desses direitos é avaliado anualmente, com base na unidade geradora de caixa GLA quanto a seu valor recuperável ou em casos de mudanças nas circunstâncias que indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável. Nenhuma perda de valor recuperável foi registrada até a presente data.

4.13. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

4.14. Fornecedores e outras obrigações

São inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras.

4.14.1. Fornecedores - risco sacado

A Administração promoveu uma negociação junto aos fornecedores com o objetivo de alongar os prazos de pagamentos. Dessa forma a Companhia assinou um convênio junto a instituições financeiras que permite a antecipação do contas a receber de seus fornecedores. Considerando que a antecipação desse recebimento junto às instituições financeiras é uma opção dos fornecedores, esta modalidade não implica na ocorrência de despesas financeiras para a Companhia, não requer a participação obrigatória dos fornecedores, como também, a Companhia não é ressarcida e/ou beneficiada pela instituição financeira de descontos por pagamento executado antes da data de vencimento acordada junto ao fornecedor, não há alteração do grau de subordinação do título em caso de execução judicial. Em 31 de dezembro de 2018, o montante do saldo de fornecedores que se beneficiaram do convênio corresponde a R\$365.696 (R\$78.416 em 31 de dezembro de 2017), conforme descrito na nota explicativa nº17.

4.15. Transportes a executar

Representa as obrigações da Companhia de prestação de serviços de transporte aéreo e outros serviços auxiliares à obrigação principal junto a seus clientes, líquida da receita de *breakage* já reconhecida no resultado, conforme detalhado no nota explicativa nº4.17.1.

4.16. Provisões

4.16.1. Provisão para devolução de aeronaves

As aeronaves negociadas sob a modalidade de arrendamento operacional regularmente preveem obrigações contratuais estabelecendo condições para devolução. Nestes casos, a Companhia provisiona os custos de devolução, uma vez que se tratam de obrigações presentes, decorrentes de eventos passados e que irão gerar desembolsos futuros, cuja mensuração é feita com razoável segurança. Estes gastos referem-se basicamente a gastos relacionados com reconfiguração de aeronave (interior e exterior), obtenção de licenças e certificações técnicas, *checks* de devolução, pintura, etc., conforme estabelecido em contrato. O custo estimado é registrado inicialmente a valor presente no ativo imobilizado e a contrapartida da provisão para devolução de aeronaves é registrada na rubrica de “Provisões para devoluções de aeronaves”. Após o registro inicial, o passivo é atualizado de acordo com a taxa de remuneração de capital estimada pela Companhia, com contrapartida registrada no resultado financeiro. Eventuais alterações na estimativa de gastos a incorrer são registradas de forma prospectiva.

4.16.2. Provisão para devolução de motores

São estimadas com base nas condições mínimas contratuais em que o equipamento deve ser devolvido para o arrendador, observando os custos históricos incorridos e as condições do equipamento no momento da avaliação. Estas provisões são registradas no resultado do exercício a partir do momento em que os requisitos contratuais são atingidos e a próxima manutenção está prevista para uma data posterior à data prevista para devolução do motor. A Companhia estima a provisão para devolução do motor de acordo com o gasto que deverá incorrer, e, quando o valor pode ser confiavelmente estimado. O valor de uma provisão será o valor presente dos gastos que se espera ser exigido para liquidar a obrigação mínima. O prazo será baseado na data que se espera a devolução do motor arrendado, ou seja, o prazo de vigência do contrato de arrendamento.

4.16.3. Provisão para riscos tributários, fiscais e trabalhistas

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, formalizada ou não, em consequência de um evento passado e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor desta possa ser feita.

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, principalmente no Brasil. As avaliações das probabilidades de perdas destes processos incluem a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.17. Reconhecimento de receita

4.17.1. Receita de passageiros, cargas e serviços auxiliares

A receita de passageiros é reconhecida quando o transporte aéreo é efetivamente prestado. Os bilhetes vendidos, mas ainda não utilizados são registrados na rubrica de transportes a executar, representando

uma receita diferida de bilhetes vendidos a serem transportados em data futura, líquida da estimativa de receita de *breakage*.

A receita de *breakage* consiste no cálculo, com base histórica, de bilhetes emitidos que expirarão pela não utilização, ou seja, passageiros que adquiriram bilhetes e que apresentam grande probabilidade de não utilizá-los. Ao menos anualmente os cálculos são revisados com objetivo de refletir e capturar mudanças no comportamento dos clientes em relação à expiração de bilhetes.

Sob a perspectiva das demonstrações financeiras consolidadas o ciclo de reconhecimento de receitas com relação à troca de milhas do Programa Smiles por passagens aéreas apenas se completa quando os passageiros são efetivamente transportados.

Receitas originadas de embarque de cargas são reconhecidas quando o transporte é fornecido. Outras receitas que incluem serviços fretados, serviços de venda a bordo, tarifas de remarcação de voos, despacho de bagagem e outros serviços adicionais são reconhecidos junto com a obrigação principal de transporte de passageiro.

4.17.2. Receita de milhas

O Programa Smiles tem o objetivo de fidelizar seus clientes por meio da concessão de créditos de milhas aos participantes. A obrigação gerada pela emissão de milhas é mensurada com base no preço pelo qual as milhas foram vendidas aos parceiros aéreos e não aéreos da Smiles, considerados como o valor justo da transação. O reconhecimento da receita no resultado do exercício ocorre no momento do resgate das milhas pelos participantes do Programa Smiles para a troca de prêmios com seus parceiros.

A luz da interpretação do CPC 47, equivalente ao IFRS 15, a Companhia atua como agente e cumpre com a sua obrigação de desempenho no momento do resgate das milhas pelos participantes do Programa Smiles na troca de prêmios com seus parceiros, sendo este o momento em que ocorre o reconhecimento da receita no resultado. Dessa forma, a receita bruta é apresentada líquida de seus respectivos custos variáveis diretos associados à disponibilização dos bens e serviços aos participantes.

Em decorrência de suas características o programa de milhas também propicia a possibilidade de se reconhecer uma receita de *breakage*, que por sua vez, é determinada com base em cálculo de milhas que apresentam alto potencial de expiração devido a não utilização das mesmas pelos participantes do Programa Smiles. O cálculo aplicado sobre as milhas emitidas no período, dando origem à receita de *breakage*.

Cabe ressaltar que eventos futuros podem alterar significativamente o perfil dos clientes e seu padrão histórico do resgate de milhas. Tais alterações podem resultar em mudanças significativas no saldo de receita diferida, assim como no reconhecimento da receita de *breakage*. A política do programa de milhagens Smiles prevê o cancelamento de todas as milhas presentes nas contas dos clientes após 36 meses, com exceção para os clientes das categorias Ouro e Diamante cujo prazo de expiração de milhas é de 48 e 120 meses, respectivamente. As milhas do Clube Smiles tem validade de 120 meses. A Companhia revisa o cálculo estatístico anualmente.

4.18. Remuneração baseada em ações

4.18.1. Opções de compra de ações

A Companhia oferece a seus executivos planos de opção de compra de ações. A Companhia reconhece como despesa, em base linear, o valor justo das opções ou ações, apurado na data da outorga, durante o período de serviço exigido pelo plano em contrapartida ao patrimônio líquido. A despesa acumulada

reconhecida reflete o período aquisitivo e a melhor estimativa da Companhia sobre o número de ações que serão adquiridas. A despesa ou receita da movimentação ocorrida no exercício é reconhecida na demonstração do resultado. A despesa é revertida por falta de satisfação de uma condição de aquisição.

O efeito das opções em aberto é refletido como diluição adicional no cálculo do resultado por ação diluído.

4.18.2. Ações restritas

A Companhia também oferece a seus executivos um plano de transferência de ações restritas que se realiza ao término de 3 anos da data de concessão, na condição de que o beneficiário tenha mantido seu vínculo empregatício durante esse período. Tal transferência se dá através de ações mantidas em tesouraria, cujo valor por ação é determinado pela cotação de mercado na data da transferência ao beneficiário. Ganhos relativos às diferenças do valor justo da ação na data da concessão e o valor na data da transferência das ações restritas são contabilizados no patrimônio líquido na rubrica de “Ágio na conferência de ações”.

O impacto de eventual revisão das quantidades de opções ou ações restritas que não serão adquiridas em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido.

4.19. Participação dos colaboradores e administradores no lucro

Os colaboradores da Companhia têm direito a uma participação nos lucros com base em determinadas metas acordadas anualmente, e os administradores com base nas disposições estatutárias, propostas pelo Conselho de Administração e aprovadas pelos acionistas. O montante da participação é reconhecido no resultado do período em que as metas são atingidas.

4.20. Receitas e despesas financeiras

Abrangem receitas de juros sobre montantes investidos, variações cambiais sobre ativos e passivos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos e perdas nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e juros sobre empréstimos e financiamentos, juros sobre empréstimos, comissões e despesas bancárias, entre outros. As receitas e as despesas com juros são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos.

4.21. Lucro (prejuízo) por ação

O resultado básico por ação é calculado através da divisão do resultado líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores da Companhia pela quantidade média ponderada de todas as classes de ações em circulação durante o exercício.

O resultado diluído por ação é calculado mediante ao ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações. A Companhia possui apenas uma categoria de ações potenciais dilutivas, sendo ela a opção de compra de ações.

4.22. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio para obter receitas e incorrer em despesas. Os segmentos operacionais refletem a forma como a Administração da Companhia revisa as informações financeiras para tomada de decisão. A Administração da Companhia identificou os segmentos operacionais, que atendem aos parâmetros quantitativos e

qualitativos de divulgação e representam principalmente tipos de negócios sendo: transporte aéreo e programa de milhagem.

4.22.1. Segmento de transporte aéreo

As operações deste segmento têm origem principalmente na controlada GLA, pela prestação de serviços de transporte aéreo e os principais ativos geradores de receitas são suas aeronaves. As outras receitas são originadas principalmente das operações de cargas, e serviços correlacionados como de despacho de bagagem, multas por remarcação e cancelamento de bilhetes, etc.

4.22.2. Segmento de programa de fidelidade

As operações deste segmento são representadas pelas transações de venda de milhas a parceiros aéreos e não aéreos. Neste contexto, estão o gerenciamento do programa, a comercialização e direitos de resgates de produtos e serviços e a criação e gerenciamento de banco de dados de pessoas físicas e jurídicas. O principal ativo gerador de caixa é sua carteira de participantes do programa.

4.23. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registradas à taxa de câmbio vigente da data em que as operações ocorrem. Ativos monetários e passivos designados em moeda estrangeira são apurados com base na taxa de câmbio vigente da data do balanço, e qualquer diferença resultante da conversão de moedas é registrada na rubrica de “Variação cambial, líquida” na demonstração de resultado do exercício.

4.24. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Tem a finalidade de evidenciar a riqueza gerada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício, e é apresentada pela Companhia conforme requerido pela legislação societária brasileira como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas do IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas nos registros contábeis seguindo as disposições contidas no CPC 09 - “Demonstração valor adicionado”.

4.25. Principais estimativas contábeis e premissas utilizadas

Conforme divulgado na nota explicativa nº2, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- receita de *breakage* de passagens e milhas (nota explicativa nº4.17.2);
- perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (nota explicativa nº8);
- análise anual do valor recuperável de impostos a recuperar e diferidos (nota explicativa nº10);
- análise de recuperabilidade de depósitos para manutenção (nota explicativa nº11);
- vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangíveis com vida útil definida (notas explicativas nº14 e nº15);
- análise anual do valor recuperável de ágio (nota explicativa nº15);
- análise de recuperação de *slots* (nota explicativa nº15);
- provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº20);
- provisão para devolução de aeronaves e motores (nota explicativa nº20);
- transações com remuneração baseada em ações (nota explicativa nº23);
- análise de recuperabilidade de ativos financeiros (nota explicativa nº29);
- direitos e obrigações com operações de derivativos (nota explicativa nº29); e

- valor justo de instrumentos financeiros (nota explicativa nº29).

A Companhia revisa continuamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis. O efeito das revisões das estimativas contábeis é reconhecido nas demonstrações financeiras no período em que tais revisões são efetuadas.

4.26. Novas normas e pronunciamentos contábeis adotados no exercício corrente

4.26.1. CPC 47 - “Receita de Contrato com Cliente”, equivalente ao IFRS 15

Estabelece um novo modelo compreendendo cinco passos que devem ser aplicados em todas as receitas originadas de contratos com clientes, e de acordo com as obrigações de desempenho da entidade. A Companhia adotou a nova norma na data de sua entrada em vigor, a partir de 1º de janeiro de 2018, utilizando o método retrospectivo completo. Apresentamos a seguir os principais impactos na adoção da norma.

Receitas auxiliares: compreendem todas as receitas que são atreladas à prestação de serviço de transporte aéreo. Tais receitas foram avaliadas e enquadradas como “relacionadas ao serviço principal”, passando a ser reconhecidas no momento em que os serviços são prestados aos clientes, bem como deixaram de ser divulgadas como “Outras receitas” e passaram a ser apresentadas no grupo de receita em “Transporte de passageiros”.

Programa de milhagens: a Companhia passa a apresentar nas demonstrações de resultado, a receita de resgate de milhas do programa Smiles Fidelidade como “agente”, e reconhece a receita bruta com resgate de prêmios líquida de seus respectivos custos variáveis diretos associados à disponibilização dos bens ou serviços aos participantes.

Reapresentação de valores correspondentes

De forma a proporcionar uma melhor comparabilidade das demonstrações financeiras ora apresentadas, a Companhia apresenta a seguir os efeitos de adoção do CPC 47 - “Receita de Contrato com Cliente”, equivalente ao IFRS 15, considerando-se que o mesmo tivesse sido adotado em 31 de dezembro de 2017 e reflete os seguintes impactos:

- ajuste de R\$19.575 em “Transportes a executar” em contrapartida da conta de Prejuízos Acumulados no Patrimônio Líquido, relativo às Receitas Auxiliares que tiveram seu momento de reconhecimento modificados. No balanço patrimonial da Controladora, o reflexo desta modificação resultou em um aumento na Provisão para perda em investimento no mesmo montante;
- a reclassificação de R\$548.564 de receitas auxiliares da linha de “Outras receitas” para “Receita de passageiros” na controlada GLA;
- redução de R\$392 em receitas auxiliares que tiveram seu momento de reconhecimento modificados na controlada GLA. O reflexo na demonstração de resultado da controladora resultou na redução do mesmo montante na rubrica de resultado de equivalência patrimonial;
- devido à classificação da Smiles Fidelidade como agente, a demonstração de resultados Consolidada, após a eliminação das transações com a GLA, foi impactada em R\$246.596 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, em decorrência da reclassificação de custos variáveis diretos da rubrica “Custo dos serviços prestados” para rubrica “Receita de milhas”, sem impacto na demonstração de resultado da Controladora.
- Os efeitos decorrentes da adoção do IFRS 15 em 1 de janeiro de 2017 não foram significativos e, por esta razão, a Companhia optou por não apresentar o balanço de abertura demonstrando tais impactos.

	Consolidado		
	Anteriormente divulgado	Ajuste de diferimento da receita (IFRS 15) (i)	Saldos reapresentados
Balço patrimonial			
Em 31 de dezembro de 2017			
Passivo			
Transportes a executar	1.456.939	19.575	1.476.514
Patrimônio líquido negativo			
Prejuízos acumulados	(7.293.274)	(19.575)	(7.312.849)
Patrimônio líquido negativo atribuível aos acionistas controladores	(3.480.959)	(19.575)	(3.500.534)

	Consolidado				
	Anteriormente divulgado	Reclassificação receita líquida (agente) (iv)	Reclassificação receitas auxiliares (ii)	Diferimento TAE (iii)	Saldos Reapresentados
Demonstrações do resultado					
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017					
Transporte de passageiros	9.479.242	-	548.564	(392)	10.027.414
Transporte de cargas	354.561	-	-	-	354.561
Receita de milhas	800.976	(246.596)	-	-	554.380
Outras receitas	657.609	-	(548.564)	-	109.045
Receita bruta	11.292.388	(246.596)	-	(392)	11.045.400
Impostos incidentes	(716.366)	-	-	-	(716.366)
Receita líquida	10.576.022	(246.596)	-	(392)	10.329.034
Custo dos serviços prestados	(7.681.376)	246.596	-	-	(7.434.780)
Lucro bruto	2.894.646	-	-	(392)	2.894.254
Lucro líquido do período antes da participação de não controladores	378.209	-	-	(392)	377.817
Resultado atribuído aos acionistas controladores	19.184	-	-	(392)	18.792
Lucro básico					
Por ação ordinária	0,002	-	-	(0,000)	0,002
Por ação preferencial	0,055	-	-	(0,001)	0,054
Lucro diluído					
Por ação ordinária	0,002	-	-	(0,000)	0,002
Por ação preferencial	0,055	-	-	(0,002)	0,053

4.26.2. CPC 48 - “Instrumentos Financeiros”, equivalente ao IFRS 9

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final do pronunciamento IFRS 9 - “Instrumentos Financeiros”, que substitui o IAS 39 - “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração” e todas as versões anteriores do IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge.

Como consequência da adoção da norma, a Companhia passou a mensurar as perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa com base na perda esperada e não mais com base na perda incorrida. A

Companhia optou por utilizar o expediente prático previsto na norma, e aplicou o modelo simplificado na mensuração da perda esperada para a vida toda do contrato, através da utilização de dados históricos e da segmentação da carteira de recebíveis em grupos que possuem o mesmo padrão de recebimento e os mesmos prazos de vencimento. O IFRS 9 foi aplicado de forma retrospectiva modificada, entretanto, não resultou em alterações para os períodos comparativos apresentados da perda esperada para a provisão de crédito de liquidação duvidosa. A Companhia reconheceu a diferença entre o saldo contábil anterior e o valor contábil, na data da adoção, correspondente a R\$1.675, como ajuste no saldo de abertura de lucros acumulados, líquido dos efeitos tributários.

4.26.3. ICPC 21 - “Transações em moeda estrangeira e adiantamentos”, equivalente ao IFRIC 22

Em dezembro de 2016, o IASB emitiu o IFRIC 22, que trata da taxa de câmbio que deve ser utilizada em transações que envolvam a contrapartida paga ou recebida antecipadamente em moeda estrangeira. A interpretação esclarece que a data da transação é aquela em que o ativo ou passivo não monetário foi reconhecido. O IFRIC 22 está em vigência a partir de 1º de janeiro de 2018. A adoção da norma não resultou em impactos para a Companhia.

4.27. Novas normas e pronunciamentos contábeis ainda não adotados

4.27.1. CPC 06 - “Arrendamentos”, equivalente ao IFRS 16

Em janeiro de 2016, o IASB emitiu o pronunciamento contábil “IFRS 16 - Leases” adotado no Brasil, sob o CPC 06 (R2). A nova norma estará em vigência para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019.

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários - arrendamentos de ativos de “baixo valor”, por exemplo, computadores pessoais e arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos. Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos, por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos fluxos de pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos. Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

Dentre as formas de adoção previstas na norma a Companhia optou pela adoção do método retrospectivo modificado; portanto, em consonância com os requerimentos do IFRS 16, não reapresentará informações e saldos em base comparativa. Visto a adoção pelo método retrospectivo modificado, a Companhia optou por adotar os seguintes expedientes práticos e isenções de transição da norma, os quais estão abaixo detalhados:

- a Companhia fará uso da percepção tardia, tal como ao determinar o prazo do arrendamento, considerando extensões e renegociações ocorridas ao longo do contrato; e
- a Companhia aplicará uma taxa de desconto única à carteira de arrendamentos com características

similares, considerando os prazos remanescentes dos contratos e a garantia proporcionada pelos ativos.

A Companhia avaliou os impactos estimados decorrentes da adoção desta norma considerando as premissas acima descritas, o que resultou na contabilização de 120 contratos de arrendamento de bens aeronáuticos e 14 contratos de arrendamento de bens não aeronáuticos como direito de uso, conforme demonstrado na tabela abaixo:

	Ativo (a)	Passivo (b)	Patrimônio líquido (a-b)
Arrendamento operacional	-	(219.728)	219.728
Direito de uso - contratos aeronáuticos	2.892.836	5.540.621	(2.647.785)
Direito de uso - contratos não aeronáuticos	41.420	49.975	(8.554)
Total	2.934.256	5.370.868	(2.436.611)

A Companhia avaliou os impactos relacionados ao registro dos tributos diferidos para o ajuste de adoção do IFRS 16 efetuado na rubrica de prejuízos acumulados e, em 1º de janeiro de 2019, não deve refletir os efeitos tributários correspondentes, visto que a GLA não apresenta histórico de lucros tributáveis, e atualmente, constitui crédito tributário ativo limitado ao montante de crédito tributário passivo, em consonância com o item 35 do CPC 32 - “Tributos sobre o Lucro”.

Para os contratos aeronáuticos, a Companhia continua avaliando os impactos da estimativa inicial dos custos de devolução que devem fazer parte da mensuração do direito de uso.

Devido à adoção do CPC 06 (R2), a margem operacional será impactado pela eliminação das despesas de arrendamento e pelo aumento nas despesas com depreciação. Adicionalmente, o resultado financeiro será impactado pelo aumento das despesas com juros.

4.27.2. ICPC 22 - “Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro”, equivalente ao IFRIC 23

Em junho de 2017, o IASB emitiu o IFRIC 23 que trata da aplicação dos requerimentos do IAS 12 - “Tributos sobre o lucro” quando houver incerteza quanto à aceitação do tratamento pela autoridade fiscal. A interpretação esclarece que caso não seja provável a aceitação, os valores de ativos e passivos fiscais devem ser ajustados para refletir a melhor resolução da incerteza. O IFRIC 23 passou a ter vigência para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia avaliou os impactos decorrentes da adoção da norma e concluiu que não há divulgações adicionais aquelas já apresentadas.

A Companhia adotará tais normas quando estas entrarem em vigor divulgando e reconhecendo os impactos nas demonstrações financeiras que possam ocorrer quando da aplicação de tais adoções.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa e depósitos bancários	6.587	103.268	157.970	427.608
Equivalentes de caixa	275.878	459	668.217	599.254
Total	282.465	103.727	826.187	1.026.862

Do saldo total consolidado de caixa e equivalentes de caixa, o montante de R\$438.654 em 31 de dezembro de 2018 é relativo a caixa, equivalentes de caixa e depósitos bancários em moeda estrangeira (R\$462.776 em 31 de dezembro de 2017).

A composição do saldo de equivalentes de caixa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Títulos privados	273.661	14	360.679	164.959
Títulos públicos	-	-	39	14.039
Fundos de investimento	2.217	445	307.499	420.256
Total	275.878	459	668.217	599.254

Em 31 de dezembro de 2018, os títulos privados são compostos principalmente por operações compromissadas e Certificados de Depósito Bancário (“CDBs”) e *time deposits*, com rentabilidade média equivalente a 82,9% do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) (77,6% do CDI em 31 de dezembro de 2017) para as aplicações nacionais e 2,3% a.a. para os *time deposits* em dólar.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía aplicações em títulos públicos com rentabilidade média de 90,6% do CDI (rentabilidade média de 116,3% do CDI em 31 de dezembro de 2017).

Os fundos de investimento classificados como equivalentes de caixa possuem liquidez imediata e podem ser convertidos para um valor conhecido de caixa a um risco insignificante de mudança de valor. Em 31 de dezembro de 2018, os fundos de investimento apresentavam rentabilidade média equivalente a 94,5% do CDI (99,8% do CDI em 31 de dezembro de 2017).

6. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Títulos privados	92.015	730.900	92.015	731.061
Títulos públicos	-	-	21.100	32.701
Fundos de investimento	-	-	365.249	191.827
Total	92.015	730.900	478.364	955.589

Do montante total consolidado de aplicações financeiras, R\$92.015 em 31 de dezembro de 2018 refere-se a aplicações realizadas em moeda estrangeira (R\$730.846 em 31 de dezembro de 2017).

Em 31 de dezembro de 2018, os títulos privados são compostos por *time deposits*, com rentabilidade média ponderada equivalente a 97,6% do CDI (98,0% do CDI em 31 de dezembro de 2017).

Os títulos públicos estão representados basicamente por Letras Financeiras do Tesouro (“LFT”) e Letras do Tesouro Nacional (“LTN”) com rentabilidade média ponderada de 99,7% do CDI (107,7% do CDI em 31 de dezembro de 2017).

Os fundos de investimento são compostos por títulos e fundos privados remunerados à taxa média ponderada de 105,4% do CDI (98,9% do CDI em 31 de dezembro de 2017) e que podem estar sujeitos a variações significativas no valor.

7. Caixa restrito

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Depósitos em garantia de carta fiança	2.318	2.211	100.394	60.423
Depósito em garantia (a)	33.928	32.120	72.089	71.110
Depósito em garantia de margem de <i>hedge</i>	-	-	433.322	-
Depósito em garantia - arrendamentos (b)	-	-	102.880	116.131
Outros depósitos vinculados (c)	3.538	4.101	113.447	20.383
Total	39.784	38.432	822.132	268.047
Circulante	-	-	133.391	-
Não circulante	39.784	38.432	688.741	268.047

(a) O valor de R\$33.928 (Controladora e Consolidado) refere-se à garantia de processos judiciais da GLAI. Os demais valores referem-se a garantias de cartas de créditos da controlada GLA.

(b) Saldo referente a depósitos requeridos para obtenção de cartas de crédito em garantia de arrendamentos operacionais de aeronaves da controlada GLA.

(c) Refere-se em grande parte a garantia de fianças bancárias em decorrência, principalmente, da substituição de garantias de ativos.

Do montante total consolidado, R\$433.304 em 31 de dezembro de 2018 refere-se a caixa restrito em moeda estrangeira (R\$22.094 em 31 de dezembro de 2017).

8. Contas a receber

	Consolidado	
	2018	2017
	(Reapresentado)	
Moeda nacional		
Administradoras de cartões de crédito	393.557	450.823
Agências de viagens	226.627	296.860
Agências de cargas	40.431	38.460
Companhias aéreas parceiras	3.243	6.439
Outros	52.216	41.861
Total moeda nacional	716.074	834.443
Moeda estrangeira		
Administradoras de cartões de crédito	97.488	71.630
Agências de viagens	21.005	20.118
Agências de cargas	1.378	1.588
Companhias aéreas parceiras	23.294	44.869
Outros	5.373	2.511
Total moeda estrangeira	148.538	140.716
Total	864.612	975.159
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(11.284)	(38.681)
Total líquido	853.328	936.478

A composição de contas a receber por idade de vencimento, líquida de provisões para crédito de liquidação duvidosa, é como segue:

	Consolidado	
	2018	2017
A vencer		
Até 30 dias	527.878	594.968
De 31 a 60 dias	101.226	133.438
De 61 a 90 dias	49.696	44.642
De 91 a 180 dias	83.128	71.116
De 181 a 360 dias	36.801	26.541
Acima de 360 dias	268	241
Total a vencer	798.997	870.946
Vencidas		
Até 30 dias	13.167	21.686
De 31 a 60 dias	4.726	8.338
De 61 a 90 dias	2.672	3.559
De 91 a 180 dias	11.173	15.620
De 181 a 360 dias	9.863	8.059
Acima de 360 dias	12.730	8.270
Total vencidas	54.331	65.532
Total	853.328	936.478

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Consolidado	
	2018	2017
Saldos no início do exercício - CPC 38 (IAS 39)	(38.681)	(34.182)
Ajuste de adoção inicial - CPC 48 (IFRS 9) (a)	2.593	-
Saldos ajustados no início do exercício	(36.088)	(34.182)
(Adições) exclusões (b)	9.789	(22.148)
Baixas de montantes incobráveis	15.015	17.649
Saldo no final do exercício	(11.284)	(38.681)

(a) Em decorrência da alteração pelo modelo de perdas esperadas do cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa na adoção inicial do CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", equivalente ao IFRS 9, o saldo de 31 de dezembro de 2017 foi ajustado em 1º de janeiro de 2018 no montante de R\$2.593 em contrapartida no patrimônio líquido. Para maiores detalhes vide nota explicativa nº4.26.2.

(b) As recuperações do exercício são refletidas na movimentação do saldo da carteira de recebíveis, e apresentadas na composição de "(Adições) exclusões".

9. Estoques

	Consolidado	
	2018	2017
Materiais de consumo	22.098	28.006
Peças e materiais de manutenção	170.851	162.409
Outros	-	585
(-) Provisão para obsolescência	(12.808)	(12.509)
Total	180.141	178.491

A movimentação da provisão para obsolescência de estoques é conforme segue:

	Consolidado	
	2018	2017
Saldos no início do exercício	(12.509)	(12.444)
Adições	(5.023)	(3.059)
Baixas	4.724	2.994
Saldos no final do exercício	(12.808)	(12.509)

10. Impostos diferidos e a recuperar

10.1. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Antecipações e IRPJ e CSLL a recuperar (*)	29.892	22.416	268.428	66.786
IRRF	119	2.750	4.744	7.308
PIS e COFINS (*)	-	-	163.921	408
Retenção de impostos de órgãos públicos	-	-	6.812	6.127
Imposto de valor agregado recuperável (IVA)	-	-	5.649	5.431
Outros	57	443	7.115	4.195
Total	30.068	25.609	456.669	90.255
Circulante	5.279	19.446	360.796	83.210
Não circulante	24.789	6.163	95.873	7.045

(*) Durante o exercício, as controladas Smiles Fidelidade e GLA apuraram créditos fiscais extemporâneos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS relativos aos últimos 5 exercícios, nos montantes totais de R\$262.252 e

R\$128.942, respectivamente, tendo sido compensado até a data destas demonstrações financeiras o montante de R\$43.222 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

10.2. Impostos diferidos ativos (passivos)

As posições de ativos e passivos diferidos estão apresentadas a seguir e observam os direitos legais exequíveis de compensação que consideram impostos lançados pela mesma autoridade fiscal sob a mesma entidade tributária.

	GLAI		GLA		Smiles		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Prejuízos fiscais de IRPJ	16.983	17.515	5.469	-	52.915	111.801	75.367	129.316
Base negativa de CSLL	6.114	6.306	1.969	-	19.049	40.249	27.132	46.555
Diferenças temporárias								
Provisão para crédito de liquidação duvidosa e outros créditos	196	2.944	72.646	60.586	3	55	72.845	63.585
Provisão para <i>breakage</i>	-	-	-	-	(172.869)	-	(172.869)	-
Provisão para perda na aquisição da GLA	-	-	143.350	143.350	-	-	143.350	143.350
Provisão para contingências	916	938	86.623	77.914	6.598	4.411	94.137	83.263
Provisão para devolução de aeronaves	-	-	62.642	68.438	-	-	62.642	68.438
Operações com derivativos	-	-	5.335	9.603	-	-	5.335	9.603
Benefício fiscal pela amortização de ágio (a)	-	-	-	-	-	14.588	-	14.588
<i>Slots</i>	-	-	(353.226)	(353.226)	-	-	(353.226)	(353.226)
Depreciação de motores e peças de manutenção de aeronaves	-	-	(174.129)	(167.913)	-	-	(174.129)	(167.913)
Estorno da amortização do ágio na aquisição da GLA	-	-	(127.659)	(127.659)	-	-	(127.659)	(127.659)
Operações de arrendamento de aeronaves	-	-	30.956	34.660	-	-	30.956	34.660
Outros (b)	-	-	76.001	66.242	37.037	40.889	162.651	143.949
Total do IRPJ e CSLL diferidos - Não circulante	24.209	27.703	(170.023)	(188.005)	(57.267)	211.993	(153.468)	88.509

(a) Refere-se ao benefício fiscal originado por meio da amortização do ágio decorrente da incorporação reversa da G.A. Smiles Participações pela controlada Smiles S.A. Sob os termos da legislação fiscal vigente, o ágio gerado na operação será uma despesa dedutível na apuração do imposto de renda e da contribuição social.

(b) A parcela dos impostos sobre o lucro não realizado proveniente das transações entre GLA e Smiles Fidelidade no valor de R\$49.613 está registrada diretamente no Consolidado (R\$36.818 em 31 de dezembro de 2017).

A Companhia e suas controladas diretas GLA e Smiles possuem prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social na apuração do lucro tributável, a compensar com 30% dos lucros tributários anuais, sem prazo para prescrição, nos seguintes montantes:

	GLAI		GLA		Smiles	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Prejuízo fiscal	170.418	172.547	5.631.209	4.134.099	522.743	758.289
Base negativa de contribuição social	170.418	172.547	5.631.209	4.134.099	522.743	758.289

A Administração considera que os ativos e passivos diferidos registrados em 31 de dezembro de 2018 decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da realização de suas bases e da expectativa de resultados futuros.

A análise de realização dos créditos tributários diferidos foi realizada por empresa, conforme segue:

GLAI: possui o montante total de créditos fiscais de R\$59.054, sendo R\$57.942 referente a prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social e R\$1.112 referente a diferenças temporárias, com realização suportada pelo plano de longo prazo. A Companhia avaliou as projeções de resultados futuros e, como resultado, deixou de reconhecer o montante de R\$34.845 referente a créditos sobre prejuízo fiscal e

base negativa de contribuição social.

GLA: possui créditos fiscais sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no montante de R\$1.914.611. A Administração da Companhia revisou as projeções de realização de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido e registrou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, impostos diferidos sobre os referidos prejuízos fiscais e base de cálculo negativa no montante de R\$7.438. Face a instabilidade dos cenários político-econômico, oscilações do dólar e demais variáveis que podem afetar as projeções de resultados futuros, bem como ao histórico de prejuízos nos últimos exercícios, a Companhia deixou de registrar os créditos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no montante de R\$1.907.173. A Companhia estima realizar o montante registrado nos próximos 10 anos, de acordo com as projeções de resultados futuros alinhado com seu plano de negócio.

Smiles Fidelidade: Em 1º de julho de 2017, a Smiles Fidelidade S.A. incorporou a Smiles S.A. e com base nas projeções de resultados futuros reconheceu imposto de renda sobre o prejuízo fiscal e contribuição social sobre base negativa diferidos, no montante de R\$193.020. O montante registrado corresponde exclusivamente aos valores com expectativa de realização, mediante avaliações internas realizadas pela Administração da Companhia. Em 31 de dezembro de 2018, o montante atualizado é de R\$71.964 e se realizará dentro dos próximos 12 meses.

As conciliações das alíquotas efetivas de IRPJ e CSLL para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 são demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
(Prejuízo) lucro antes do IRPJ e CSLL	(1.080.235)	1.813	(482.596)	70.604
Alíquota fiscal nominal combinada	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL pela alíquota fiscal nominal combinada	367.280	(616)	164.083	(24.005)
Ajustes para o cálculo da alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	(289.974)	124.285	132	185
Resultado das subsidiárias integrais	56.008	(94.462)	201.043	(106.533)
Imposto de renda sobre diferenças permanentes e outros	(76.309)	(16.866)	161.815	(65.718)
Variação cambial sobre investimentos no exterior	(54.375)	(7.283)	(173.964)	(20.225)
Juros sobre o capital próprio	(7.788)	(5.374)	6.998	4.817
Benefício constituído (não constituído) sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias	-	14.610	(653.343)	291.002
Utilização de créditos fiscais em parcelamento especial (*)	-	2.685	(3.892)	227.690
Imposto de renda e contribuição social total	(5.158)	16.979	(297.128)	307.213
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(1.664)	-	(52.139)	(239.846)
Diferido	(3.494)	16.979	(244.989)	547.059
Total imposto de renda e contribuição social	(5.158)	16.979	(297.128)	307.213

(*) Em 10 de março de 2017, a controlada GLA aderiu ao Programa de Regularização Tributária ("PRT") incluindo débitos de natureza tributária vencidos até 30 de novembro de 2016. A consolidação do PRT ocorreu em 29 de junho 2018 e resultou em redução no montante da dívida e menor aproveitamento de crédito fiscal.

Em 1º de janeiro de 2018, a Companhia registrou no patrimônio líquido o efeito tributário de R\$880 relativo à adoção inicial do IFRS 9 sobre a provisão de devedores duvidosos. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº4.26.2.

11. Depósitos

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Depósitos judiciais	59.305	50.953	726.491	508.515
Depósito para manutenção	-	-	647.057	484.565
Depósitos em garantia de contratos de arrendamento	49.081	13.783	238.747	170.679
Total	108.386	64.736	1.612.295	1.163.759

11.1. Depósitos judiciais

Os depósitos e bloqueios judiciais representam garantias de processos judiciais tributários, cíveis e trabalhistas, mantidos em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionados. Parte dos depósitos judiciais referem-se a processos de ações cíveis e trabalhistas decorrentes de pedidos de sucessão em processos movidos contra Varig S.A. ou, ainda, a processos trabalhistas movidos por colaboradores que não pertencem à Companhia ou a qualquer parte relacionada. Tendo em vista que a Companhia não é parte legítima para figurar no polo passivo de referidas ações judiciais, sempre que tais bloqueios

ocorrem, é demandada sua exclusão e respectiva liberação dos recursos retidos. Em 31 de dezembro de 2018, os valores bloqueados referentes a processos de sucessão da Varig S.A. e a processos de terceiros eram de R\$113.979 e R\$76.415, respectivamente (R\$108.860 e R\$74.300 em 31 de dezembro de 2017).

A Companhia também possui depósitos judiciais decorrentes de ação movida pelo Sindicato Nacional das Empresas Aéreas (“SNEA”) contra o aumento de 72% nas tarifas aeroportuárias promovidas pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo (“DECEA”). Em 31 de dezembro de 2018, o montante depositado corresponde a R\$153.128. O mesmo montante encontra-se registrado na rubrica de “Taxas e tarifas aeroportuárias”.

11.2. Depósitos para manutenção

A Companhia efetua depósitos em dólar norte-americano para manutenção de aeronaves e motores, que serão utilizados em eventos futuros conforme estabelecido em determinados contratos de arrendamento mercantil.

Os depósitos para manutenção não isentam a Companhia, como arrendatária, das obrigações contratuais relativas às manutenções ou ao risco associado às atividades operacionais. A Companhia detém o direito de escolher realizar as manutenções internamente ou através de seus fornecedores.

A Companhia possui duas categorias de depósitos para manutenção:

- **Garantia de manutenção:** refere-se a depósitos pontuais que são reembolsados ao final do contrato de arrendamento, e podem também ser utilizados em eventos de manutenção, a depender de negociações com arrendadores. O saldo destes depósitos em 31 de dezembro de 2018 era de R\$249.080 (R\$218.361 em 31 de dezembro de 2017).
- **Reserva de manutenção:** refere-se a valores pagos mensalmente com base na utilização dos componentes e podem ser utilizados em eventos de manutenção conforme determinação contratual. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo referente a tais reservas era de R\$397.977 (R\$266.204 em 31 de dezembro de 2017).

11.3. Depósitos em garantia de contratos de arrendamento

Conforme requerido pelos contratos de arrendamento mercantil, a Companhia realiza depósitos em garantia (em dólar norte-americano) às empresas de arrendamento, resgatados integralmente ao vencimento dos contratos.

12. Transações com partes relacionadas

12.1. Contratos de mútuos - ativo e passivo não circulante

A Controladora mantém mútuos ativos e passivos com a controlada GLA, sem avais e garantias, conforme quadro a seguir:

Credor	Devedor	Tipo de operação	Taxa de juros (a.a.)	Ativo		Passivo (**)
				2018	2017	2017
GLAI	GLA	Mútuo	6,50%	82.655	36.876	112.869
GAC	GLA	Mútuo	0,00% (*)	232.488	-	21.813
Gol Finance	GLA	Mútuo	4,32%	1.979.000	1.533.715	328
Total				2.294.143	1.570.591	135.010

(*) Conforme legislação local, a Companhia aplica juros simbólicos.

(**) Todos os mútuos passivos foram liquidados ao longo de exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

O quadro a seguir demonstra os saldos entre as Companhias eliminados no Consolidado:

Credor	Devedor	Tipo de operação	Taxa de juros (a.a.)	Ativo		Passivo	
				2018	2017	2018	2017
GAC	GLAI	Mútuo	0,00% (*)	-	-	-	125.148
GAC	Gol Finance Inc.	Mútuo	8,64%	-	32.238	1.128.845	961.212
Gol Finance	GAC	Mútuo	5,85%	596.204	434.418	-	-
Gol Finance	GLAI	Mútuo	0,00% (*)	-	-	-	24.313
Gol Finance	Gol Finance Inc.	Mútuo	11,70%	887.395	845.852	250.950	560.472
Smiles Fidelidade	GLA	Compra antecipada de passagens	8,97%	1.296.077	866.341	-	-
Smiles Fidelidade	GLA	Venda de milhas	-	24.035	18.950	-	-
Smiles Fidelidade	GLA	Taxa de administração	-	803	1.124	-	-
Smiles Fidelidade	GLA	Carta acordo de indenização	-	10.559	-	-	-
Smiles Fidelidade	GLA	Serviços compartilhados	-	-	-	5.439	3.964
Smiles Fidelidade / Smiles Viagens	GLA	Repasse - GLA	-	-	-	38.144	31.250
Smiles Fidelidade	GLA	Remuneração baseada em ações	-	856	856	-	-
Smiles Fidelidade	Netpoints	Conversão de milhas (**)	-	48	6.900	-	-
Total				2.815.977	2.206.679	1.423.378	1.706.359

(*) Conforme legislação local, a Companhia aplica juros simbólicos.

(**) Saldo não eliminado nas demonstrações financeiras consolidadas por se tratar de transação com coligada.

12.2. Serviços de transporte e de consultoria

Todos os contratos relacionados a serviços de transportes e consultoria foram celebrados por meio da controlada GLA, e abaixo estão listadas as empresas com as quais os contratos foram celebrados, bem como o seu objeto e principais condições contratuais:

- **Viação Piracicabana Ltda.:** Prestação de serviços de transporte de passageiros e bagagens e transporte de colaboradores entre aeroportos. Em 1º de julho de 2017, foi celebrado um Termo de Cessão entre Breda Transportes e Serviços S.A. (“Cedente”) e a Viação Piracicabana Ltda. (“Cessionária”), ficando a cessionária responsável pelos direitos e obrigações a partir da data da celebração do Termo de Cessão.
- **Expresso União:** prestação de serviços de transporte de colaboradores, contrato rescindido em março de 2017.
- **Pax Consultoria Empresarial e Participações Ltda.:** serviços de consultoria e assessoria empresarial, com vigência por prazo indeterminado. A Pax Consultoria Empresarial e Participações Ltda. cedeu, em caráter irrevogável e irretratável, para a empresa Mobitrans Administração e Participações S.A. sua posição no contrato de prestação de serviços celebrado com a GLA, passando a Mobitrans Administração e Participações S.A. a ser detentora de todos os direitos e obrigações oriundos do referido contrato.
- **Aller Participações:** serviços de consultoria e assessoria empresarial, com vigência por prazo indeterminado.
- **Limmat Participações S.A.:** serviços de consultoria e assessoria empresarial, com vigência por prazo indeterminado.
- **Expresso Caxiense S.A.:** serviços de transporte de passageiros e bagagens e transporte de colaboradores entre aeroportos, com vigência até 26 de setembro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2018 a controlada GLA reconheceu uma despesa total referente a esses serviços de R\$9.358 (R\$8.583 em 31 de dezembro de 2017). Na mesma data, o saldo a ser pago na rubrica de fornecedores às empresas ligadas era de R\$1.107 (R\$769 em 31 de dezembro de 2017), e refere-se substancialmente a transações junto à Viação Piracicabana Ltda.

12.3. Contratos de abertura de conta UATP (“Universal Air Transportation Plan”) com concessão de limite de crédito

Em setembro de 2011, a controlada GLA celebrou contratos com as partes relacionadas, Empresa de Ônibus Pássaro Marrom S/A., Viação Piracicabana Ltda., Thurgau Participações S.A., Comporte Participações S.A., Quality Bus Comércio De Veículos S.A., Empresa Princesa Do Norte S.A., Expresso União Ltda., Breda Transporte e Serviços S.A., Oeste Sul Empreendimentos Imobiliários S.A. SPE., Empresa Cruz De Transportes Ltda., Expresso Maringá do Vale S.A., Glarus Serviços Tecnologia e Participações LTDA., Expresso Itamarati S.A., Transporte Coletivo Cidade Canção Ltda., Limmat Participações S.A., Turb Transporte Urbano S.A., Vaud Participações S.A., Aller Participações S.A. e BR Mobilidade Baixada Santista S.A. SPE, com prazo indeterminado, cuja finalidade é a emissão de créditos para a compra de passagens aéreas emitidas pela Companhia. A conta UATP (cartão virtual) é aceita como meio de pagamento na compra de passagens aéreas e serviços relacionados, buscando simplificar o faturamento e viabilizar o pagamento entre as companhias participantes.

12.4. Contrato de utilização de sala VIP

Em 9 de abril de 2012, a Companhia firmou contrato de utilização recíproca da Sala VIP junto a Delta Air Lines, Inc. (“Delta Air Lines”), prevendo o repasse entre as companhias de US\$20 por passageiro. Em 30 de agosto de 2016, foi assinado um aditivo contratual deliberando um adiantamento para utilização da sala VIP no montante de US\$3.000. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo em aberto era de R\$4.741, registrado na rubrica de “Adiantamento de clientes” (R\$6.779 em 31 de dezembro de 2017).

12.5. Contrato de manutenção de componentes e financiamento de manutenção de motores

Em 2010, a controlada GLA firmou um contrato de serviços de manutenção de motores junto à Delta Air Lines. O contrato de manutenção foi renovado em 22 de dezembro de 2016, com vencimento em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de janeiro de 2017, a controlada GLA celebrou um *Loan Agreement* com a Delta Air Lines no valor de US\$50 milhões, com prazo de vencimento em 31 de dezembro de 2020, com obrigação de reembolso a ser realizado pela Companhia, GLA e Gol Finance, nos termos do contrato de reembolso celebrado em 19 de agosto de 2015, com garantia fidejussória pela Companhia à controlada GAC. No contexto deste contrato, a Companhia possui flexibilização nos prazos de pagamento para serviços de manutenção de motores, mediante limite de crédito disponibilizado. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os gastos com manutenção de componentes realizadas junto à oficina da Delta Air Lines foram de R\$357.619 (R\$403.195 em 31 de dezembro de 2017). Em 31 de dezembro de 2018, o saldo em aberto registrado na rubrica de “Fornecedores” junto à oficina Delta Air Lines era de R\$211.087 (R\$372.511 em 31 de dezembro de 2017).

12.6. Contrato de prestação de serviço de *handling*

Em 4 de novembro de 2018, a controlada GLA celebrou junto à Delta Air Lines o contrato de prestação de serviços de *handling* nos aeroportos de Miami e Orlando, com prazo de vencimento em 3 de novembro de 2021. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os gastos referentes a este contrato foram de R\$1.433, registrados na rubrica de “Prestação de serviços”.

12.7. Emissão de crédito com garantia fidejussória (*Term Loan*)

Em 31 de agosto de 2015, a Companhia, por meio de sua controlada Gol Finance, emitiu uma dívida no valor de US\$300 milhões, com prazo de vencimento em 5 anos e taxa efetiva de juros de 6,7% a.a. A Companhia detém a garantia fidejussória adicional (“*Backstop Guaranty*”) concedida pela Delta Air Lines. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou o montante de R\$11.765 no resultado financeiro na rubrica “Comissões e despesas bancárias”, referente à “Taxa de garantia adicional” equivalente à 1,0% a.a. conforme estipulo em contrato. Para maiores informações, vide nota explicativa nº16.

12.8. Contratos de parceria comercial estratégica e manutenção

Em 19 de fevereiro de 2014, a Companhia assinou um acordo de parceria estratégica de cooperação comercial de longo prazo junto à Airfrance-KLM, com o objetivo de aprimorar as atividades de vendas conjuntas e ampliar o compartilhamento de voos e benefícios aos clientes, por meio dos programas de milhagens de ambas as companhias nos mercados brasileiro e europeu. O contrato prevê o investimento de incentivo na Companhia no valor total de R\$112.152, já integralmente recebido pela Companhia. O contrato possui prazo de 5 anos, período pelo qual o incentivo será amortizado mensalmente. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui receitas diferidas no valor de R\$8.565 classificadas como “Outras obrigações” no passivo circulante (R\$20.557 e R\$3.426 em 31 de dezembro de 2017, registrados no

passivo circulante e não circulante respectivamente).

Em 1º de janeiro de 2017, a Companhia firmou um contrato de ampliação da parceria estratégica junto à AirFrance-KLM, com a finalidade de serviços de manutenção e reparo de motores. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os gastos com manutenção de componentes realizadas junto à oficina da AirFrance-KLM foram de R\$128.569 (R\$159.562 em 31 de dezembro de 2017). Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía um saldo em aberto junto à AirFrance-KLM registrado na rubrica de fornecedores no montante total de R\$170.673 (R\$157.264 em 31 de dezembro de 2017).

12.9. Remuneração do pessoal-chave da Administração

	Consolidado	
	2018	2017
Salários, bônus e benefícios (*)	75.979	47.705
Encargos sociais	11.062	5.232
Remuneração baseada em ações	10.234	11.005
Total	97.275	63.942

(*) Inclui remuneração do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia não possuía política de benefícios pós-emprego, e não há benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para os colaboradores. Benefícios pontuais podem ser avaliados para executivos-chave, limitados a um período de curto prazo.

13. Investimentos

13.1. Composição dos investimentos

As informações dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	GLA	Smiles Fidelidade	Trip	Netpoints
Informações relevantes das controladas				
Quantidade total de ações	5.262.335.049	124.007.953	-	130.492.408
Capital social	4.554.280	44.874	1.318	75.351
Percentual de participação	100,0%	52,67%	60,0%	25,4%
Patrimônio líquido (negativo)	(4.200.243)	1.014.230	1.962	(20.758)
Lucros não realizados (a)	-	(96.332)	-	-
Patrimônio líquido ajustado (b)	(4.200.243)	437.875	1.177	(5.273)
Resultado líquido do exercício	(1.168.201)	645.842	644	(3.613)
Lucros não realizados do exercício (a)	-	(24.837)	-	-
Resultado líquido do exercício ajustado	(1.168.201)	315.335	387	(918)

(a) Corresponde a transações envolvendo a receita do resgate de milhas por passagens aéreas pelos participantes do Programa Smiles que, para fins de demonstrações financeiras consolidadas, apenas se realizam quando os participantes do programa são efetivamente transportados pela GLA.

(b) O patrimônio líquido ajustado corresponde ao percentual sobre o patrimônio líquido total líquido dos lucros não realizados.

13.2. Movimentação dos investimentos

	Controladora			Consolidado
	GLA	Smiles Fidelidade	Total	Trip
Movimentação dos investimentos				
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(2.590.503)	388.235	(2.202.268)	1.333
Adoção de normativo contábil (a)	(19.575)	-	(19.575)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017 (Reapresentado)	(2.610.078)	388.235	(2.221.843)	1.333
Adoção de normativo contábil (b)	1.632	43	1.675	-
Resultado de equivalência patrimonial	(1.168.201)	315.335	(852.866)	387
Resultados não realizados de <i>hedge</i>	(420.706)	-	(420.706)	-
Efeitos em diluição de participação societária	-	(561)	(561)	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	(265.136)	(265.136)	(543)
Demais variações patrimoniais das investidas	-	(41)	(41)	-
Amortização de perdas com operações de <i>sale-leaseback</i> (c)	(2.890)	-	(2.890)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(4.200.243)	437.875	(3.762.368)	1.177

(a) Em 1º de janeiro de 2018, a controlada realizou a adoção inicial do CPC 47 - "Receita de contrato com cliente", equivalente ao IFRS 15, o que resultou no registro de R\$19.575 diretamente no patrimônio líquido da controlada GLA, para maiores detalhes, vide nota explicativa nº4.26.1.

(b) Em 1º de janeiro de 2018, a controlada realizou a adoção inicial do CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", equivalente ao IFRS 9 (para maiores detalhes, vide nota explicativa nº4.26.2).

(c) A controlada GAC possui um saldo líquido de perdas e ganhos diferidos com operações de *sale-leaseback* cujo diferimento está condicionado ao pagamento de parcelas contratuais efetuadas pela GLA. Dessa forma, o saldo líquido é na essência parte do investimento líquido da controladora na GLA. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo líquido foi integralmente diferido (R\$2.887 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017), para maiores detalhes, vide nota explicativa nº28.2.

Os investimentos nas empresas controladas no exterior GAC, Gol Finance e Gol Finance Inc. são considerados em sua essência uma extensão da Companhia, e são somados linha a linha com a controladora GLAI. Dessa forma, somente a Smiles Fidelidade e a GLA são investimentos na controladora GLAI.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo consolidado dos investimentos é composto pela SCP Trip, detido pela subsidiária GLA.

Em 31 de dezembro de 2018, a investida Netpoints Fidelidade possuía o patrimônio líquido negativo. Dessa forma, a subsidiária Smiles Fidelidade (detentora de 25,4% do capital da Netpoints) não realizou o registro de perdas adicionais com base no CPC 18 - “Investimento em Coligada, em Contrada e em Empreendimento Controlado em Conjunto”. O resultado de equivalência patrimonial voltará a ser registrado quando o patrimônio líquido da Netpoints recuperar a totalidade de suas perdas acumuladas.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a GLAI realizou um adiantamento para futuro aumento de capital à subsidiária GLA no montante total de R\$220.000. Durante o mesmo período, a GLA devolveu tal montante à GLAI, sem impactos no capital social da subsidiária.

14. Imobilizado

14.1. Controladora

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de adiantamento para aquisição de aeronaves era de R\$94.159 correspondente aos pré-pagamentos efetuados com base nos contratos firmados, conforme nota explicativa nº28 (em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía saldos de adiantamentos para aquisição de aeronaves, devido a renegociações de contratos realizadas ao longo do exercício de 2016). Adicionalmente, o valor residual dos direitos de posse sobre as aeronaves era de R\$108.539 em 31 de dezembro de 2018 (R\$323.013 em 31 de dezembro de 2017), ambos registrados na controlada GAC.

14.2. Consolidado

	2018			2017	
	Taxa anual ponderada de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Equipamentos de voo					
Imobilizado sob arrendamento financeiro (a)	5,8%	673.675	(222.240)	451.435	1.351.436
Peças de conjuntos de reposição e motores sobressalentes	6,9%	1.583.865	(590.239)	993.626	850.477
Reconfigurações/benfeitorias de aeronaves	30,4%	2.443.747	(1.275.298)	1.168.449	865.761
Equipamentos de aeronaves e de segurança	10,0%	856	(533)	323	405
Ferramentas	10,0%	44.121	(21.153)	22.968	18.075
Total		4.746.264	(2.109.463)	2.636.801	3.086.154
Perdas por redução ao valor recuperável (b)	-	(48.839)	-	(48.839)	(26.076)
Total equipamentos de voo		4.697.425	(2.109.463)	2.587.962	3.060.078
Imobilizado de uso					
Veículos	20,0%	11.513	(9.609)	1.904	1.448
Máquinas e equipamentos	10,0%	59.404	(41.619)	17.785	20.042
Móveis e utensílios	10,0%	30.698	(18.188)	12.510	11.509
Computadores e periféricos	20,0%	40.813	(31.314)	9.499	8.994
Equipamentos de comunicação	10,0%	2.692	(2.089)	603	703
Centro de manutenção - Confin	10,4%	107.637	(91.395)	16.242	26.918
Benfeitorias em propriedades de terceiros	19,0%	60.115	(29.354)	30.761	13.852
Obras em andamento	-	15.443	-	15.443	33.503
Total imobilizado em uso		328.315	(223.568)	104.747	116.969
Total		5.025.740	(2.333.031)	2.692.709	3.177.047
Adiantamentos para aquisição de imobilizado	-	125.348	-	125.348	18.720
Total imobilizado		5.151.088	(2.333.031)	2.818.057	3.195.767

- (a) Durante exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia realizou transações de sale-leaseback de 25 aeronaves, maiores informações vide nota explicativa nº28.2.
(b) Saldo referente a perdas por redução ao valor recuperável para itens *rotables*, classificados na rubrica de "Peças de conjuntos de reposição e motores sobressalentes", constituído pela Companhia de forma que os ativos sejam apresentados pela sua real capacidade de geração de benefício econômico.

A movimentação dos saldos de ativos imobilizados é conforme segue:

	Imobilizado sob arrendamento financeiro	Outros equipamentos de voo	Adiantamentos para aquisição de imobilizado	Outros	Total
Em 31 de dezembro de 2016	1.411.932	1.405.144	87.399	120.535	3.025.010
Adições	-	827.658	263.328	30.511	1.121.497
Baixas	(5.639)	(135.381)	(332.007)	(10.506)	(483.533)
Depreciação	(54.857)	(388.779)	-	(23.571)	(467.207)
Em 31 de dezembro de 2017	1.351.436	1.708.642	18.720	116.969	3.195.767
Adições	-	1.010.216	273.389	17.784	1.301.389
Baixas	(855.423)	(40.297)	(166.761)	-	(1.062.481)
Depreciação	(44.578)	(542.034)	-	(30.006)	(616.618)
Em 31 de dezembro de 2018	451.435	2.136.527	125.348	104.747	2.818.057

15. Intangível

A composição e a movimentação do ativo intangível está apresentada a seguir:

	Consolidado			
	Ágio	Slots	Software	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	542.302	1.038.900	158.514	1.739.716
Adições	-	-	55.449	55.449
Baixas	-	-	(9.662)	(9.662)
Amortizações	-	-	(38.218)	(38.218)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	542.302	1.038.900	166.083	1.747.285
Adições	-	-	82.079	82.079
Amortizações (*)	-	-	(51.898)	(51.898)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	542.302	1.038.900	196.264	1.777.466

(*) A taxa média ponderada das amortizações é de 22,03% a.a.

Os saldos de ágio e dos slots foram submetidos a teste de recuperabilidade em 31 de dezembro de 2018 e 2017 por meio do fluxo de caixa descontado para cada unidade geradora de caixa, dando origem ao valor em uso.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - “UGC”). Para a determinação do valor contábil de cada UGC, a Companhia considera não somente os intangíveis registrados, bem como todos os ativos tangíveis necessários para a condução dos negócios, pois é apenas por meio da utilização deste conjunto que a Companhia obterá geração de benefício econômico.

A Companhia realiza a alocação do ágio em duas unidades geradoras de caixa: GLA e Smiles, e os direitos de operação em aeroportos são integralmente alocados à unidade geradora de caixa GLA, conforme apresentado a seguir:

	Goodwill GLA	Goodwill Smiles	Direitos de operação em aeroportos
31 de dezembro de 2018			
Valor contábil	325.381	216.921	1.038.900
Valor contábil - UGC	(275.500)	602.740	-
Valor em uso	23.058.697	7.005.622	15.158.551
Taxa de desconto	14,91%	16,95%	13,94%
Taxa de crescimento na perpetuidade	3,50%	3,50%	3,50%
31 de dezembro de 2017			
Valor contábil	325.381	216.921	1.038.900
Valor contábil - UGC	1.061.177	395.105	-
Valor em uso	15.206.092	5.464.287	5.069.156
Taxa de desconto	15,46%	19,26%	14,50%
Taxa de crescimento na perpetuidade	3,50%	3,50%	3,50%

Os resultados obtidos foram comparados com o valor contábil de cada unidade geradora de caixa e, como resultado, a Companhia não reconheceu perdas em relação ao valor recuperável de suas UGCs.

As premissas adotadas nos testes de redução ao valor recuperável dos intangíveis estão de acordo com as projeções internas para o período de cinco anos. Para o período após cinco anos aplica-se a extrapolação utilizando uma taxa de crescimento de perpetuidade. O fluxo de caixa descontado que determinou o valor em uso das unidades geradoras de caixa foi preparado de acordo com o plano de negócios da Companhia aprovado em 17 de janeiro de 2019.

As principais premissas consideradas pela Companhia para a determinação do valor em uso das unidades geradoras de caixa são:

- Capacidade e frota: considera a utilização, a capacidade da aeronave utilizada em cada trecho e a projeção de tamanho da frota em operação.
- Demanda: a eficiência de mercado é o principal input para a projeção de crescimento da demanda da Companhia. A Administração considera que a eficiência de mercado é a razão entre sua participação no mercado (*market share*) e sua participação na oferta (*seat share*). Este indicador reflete o quão eficientemente a companhia emprega a sua participação na oferta total do mercado em função de sua captura de demanda por transporte aéreo.
- Receita por passageiro: considera o preço médio praticado pela GLA e considera efeitos de variáveis de mercado (vide variáveis utilizadas abaixo).
- Custos operacionais associados ao negócio: baseados em seu custo histórico e atualizados por indicadores, como inflação, relação com a oferta, demanda e variação da moeda norte-americana.

A Companhia também considerou variáveis de mercado tais como PIB (fonte: Banco Central do Brasil), dólar norte-americano (fonte: Banco Central do Brasil), barril de querosene (fonte: Agência Nacional de Petróleo Brasileira - "ANP") e taxa de juros (fonte: Bloomberg).

16. Empréstimos e financiamentos

			Controladora		Consolidado	
	Vencimento	Taxa de juros	2018	2017	2018	2017
Circulante						
Em moeda nacional						
Debêntures VI (a)	09/2019	132% da taxa CDI	-	-	-	395.093
Debêntures VII (b)	09/2021	120% da taxa CDI	-	-	288.991	-
Juros	-	-	-	-	-	23.921
Em moeda estrangeira (US\$)						
Bônus Sênior V (c)	12/2018	9,71% a.a.	-	23.258	-	23.258
Manutenção de motores (d)	08/2019	Libor 3m+0,75% a.a.	-	-	14.665	43.909
Financiamento de importação (e)	11/2019	5,46% a.a.	-	-	495.458	240.973
Linha de crédito - motores (f)	09/2020	Libor 3m+0,75% a.a.	-	-	138.024	47.507
Linha de crédito - motores (g)	06/2021	Libor 3m+2,25% a.a.	-	-	20.115	17.145
Empréstimo com garantia de motores (h)	08/2026	6,65% a.a.	-	-	13.053	7.883
Juros	-	-	123.873	71.769	132.900	74.989
			123.873	95.027	1.103.206	874.678
Arrendamentos financeiros	06/2025	3,72% a.a.	-	-	120.118	288.194
Total circulante			123.873	95.027	1.223.324	1.162.872
Não circulante						
Em moeda nacional						
Debêntures VI (a)	09/2019	132% da taxa DI	-	-	-	617.333
Debêntures VII (b)	09/2021	120% da taxa DI	-	-	577.981	-
Em moeda estrangeira (US\$)						
Manutenção de motores (d)	08/2019	Libor 3m+0,75% a.a.	-	-	-	12.451
Bônus Sênior II (i)	07/2020	9,64% a.a.	-	314.589	-	314.589
Term Loan (j)	08/2020	6,70% a.a.	1.147.196	968.010	1.147.196	968.010
Linha de crédito - motores (f)	09/2020	Libor 3m+0,75% a.a.	-	-	43.431	35.634
Linha de crédito - motores (g)	06/2021	Libor 3m+2,25% a.a.	-	-	146.457	142.137
Bônus Sênior VI (k)	12/2021	9,87% a.a.	-	127.181	-	127.181
Bônus Sênior IV (l)	01/2022	9,24% a.a.	352.205	299.524	352.205	299.524
Bônus Sênior III (m)	02/2023	11,30% a.a.	-	69.074	-	69.074
Bônus Sênior VIII (n)	01/2025	7,09% a.a.	2.439.492	1.597.713	2.439.492	1.597.713
Empréstimo com garantia de motores (h)	08/2026	6,65% a.a.	-	-	120.557	78.239
Bônus Sênior VII (o)	12/2028	9,84% a.a.	-	54.752	-	54.752
Bônus Perpétuos (p)	-	8,75% a.a.	596.336	509.105	513.282	438.201
			4.535.229	3.939.948	5.340.601	4.754.838
Arrendamentos financeiros	06/2025	3,72% a.a.	-	-	520.542	1.187.957
Total não circulante			4.535.229	3.939.948	5.861.143	5.942.795
Total			4.659.102	4.034.975	7.084.467	7.105.667

- (a) Emissão de 105.000 debêntures pela controlada GLA em 30 de setembro de 2015, com a finalidade de liquidação integral antecipada das Debêntures IV e V.
- (b) Emissão de 88.750 debêntures pela controlada GLA em 22 de outubro de 2018, com a finalidade de liquidação integral antecipada da Debênture VI.
- (c) Emissão do Bônus Sênior V pela controlada Gol Finance em 7 de julho de 2016, resultado da operação de oferta de permuta privada de Bônus Sênior I, II, III, IV e Bônus Perpétuo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o financiamento foi liquidado antecipadamente (para maiores detalhes, vide nota explicativa nº16.3).
- (d) Emissão de 3 séries de *Guaranteed Notes* ("Notas Garantidas") para financiamento de manutenção de motores, conforme mencionado na nota explicativa nº12.5.
- (e) Linhas de crédito junto a bancos privados, utilizadas para financiar a importação de peças de reposição e equipamentos aeronáuticos. Os vencimentos ocorrerão ao longo do ano de 2019. As taxas de juros negociadas são Libor 3m+4,40% a.a. e Libor 1m+3,25% a.a.
- (f) Linha de crédito captada entre 11 de agosto de 2017 e 30 de novembro de 2018.
- (g) Linha de crédito captada em 30 de setembro de 2014.
- (h) Empréstimos com garantia de 5 motores no total, realizado em 28 de junho de 2018. As taxas contratadas variam entre Libor 6m+2,35% a.a. até Libor 6m+4,25% a.a.
- (i) Emissão do Bônus Sênior II pela controlada Gol Finance Inc. em 13 de julho de 2010 para pagamento de dívidas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o financiamento foi liquidado antecipadamente (para maiores detalhes, vide nota explicativa nº16.3).
- (j) Emissão de *Term Loan* pela controlada Gol Finance em 31 de agosto de 2016 para o financiamento de aquisição de aeronaves e financiamentos bancários, com garantia fidejussória da Delta Airlines. Para maiores informações vide nota explicativa nº12.7.
- (k) Emissão do Bônus Sênior VI pela controlada Gol Finance em 7 de julho de 2016, resultado da operação de oferta de permuta privada de Bônus seniores I, II, III, IV e Bônus Perpétuo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o financiamento foi liquidado antecipadamente (para maiores detalhes, vide nota explicativa nº16.3).
- (l) Emissão do Bônus Sênior IV pela controlada Gol Finance em 24 de setembro de 2014, com a finalidade de financiar a recompra parcial dos Bônus Sênior I e II.
- (m) Emissão do Bônus Sênior III pela controlada GLA em 07 de fevereiro de 2013 com a finalidade de financiar pré-pagamentos de dívidas a vencer nos 3 anos seguintes. O Bônus Sênior foi transferido em sua totalidade para a Gol Finance, juntamente com os recursos captados na ocasião de sua emissão, o financiamento foi liquidado antecipadamente (para maiores detalhes vide nota explicativa nº16.3).
- (n) Emissões do Bônus Sênior VIII pela controlada Gol Finance em 11 de dezembro de 2017 e em 2 de fevereiro de 2018, para recompra de Bônus Sênior e propósitos gerais da Companhia.
- (o) Emissão do Bônus Sênior VII pela controlada Gol Finance em 7 de julho de 2016, resultado da operação de oferta de permuta privada de Bônus Sênior I, II, III, IV e Bônus Perpétuo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o financiamento foi liquidado antecipadamente (para maiores detalhes, vide nota explicativa nº16.3).

(p) Emissão do Bônus Perpétuos pela controlada Gol Finance em 5 de abril de 2006 para financiamentos de aquisição de aeronaves.

O total de empréstimos e financiamentos consolidados em 31 de dezembro de 2018 incluem custos de captação de R\$83.684 (R\$101.795 em 31 de dezembro de 2017) que são amortizados ao longo da vigência dos respectivos empréstimos e financiamentos.

Em 31 de dezembro de 2018, os vencimentos dos empréstimos e financiamentos de longo prazo, exceto arrendamentos financeiros, estão a seguir:

	2020	2021	2022	2023	Após 2023	Sem vencimento	Total
Controladora							
Em US\$:							
Term Loan	1.147.196	-	-	-	-	-	1.147.196
Bônus Sênior IV	-	-	352.205	-	-	-	352.205
Bônus Sênior VIII	-	-	-	-	2.439.492	-	2.439.492
Bônus Perpétuos	-	-	-	-	-	596.336	596.336
Total	1.147.196	-	352.205	-	2.439.492	596.336	4.535.229
Consolidado							
Em moeda nacional:							
Debêntures VII	288.990	288.991	-	-	-	-	577.981
Em US\$:							
Term Loan	1.147.196	-	-	-	-	-	1.147.196
Linha de crédito - motores	43.431	-	-	-	-	-	43.431
Linha de crédito - motores	20.265	126.192	-	-	-	-	146.457
Empréstimo com garantia de motores	3.312	13.643	14.270	14.921	74.411	-	120.557
Bônus Sênior IV	-	-	352.205	-	-	-	352.205
Bônus Sênior VIII	-	-	-	-	2.439.492	-	2.439.492
Bônus Perpétuos	-	-	-	-	-	513.282	513.282
Total	1.503.194	428.826	366.475	14.921	2.513.903	513.282	5.340.601

Os valores justos dos empréstimos, em 31 de dezembro de 2018, são conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	Contábil (c)	Valor justo	Contábil (c)	Valor justo
Bônus Sênior e Perpétuos (a)	3.486.651	3.119.375	3.320.546	3.016.230
Term Loan (b)	1.172.451	1.264.852	1.172.451	1.264.852
Debêntures (b)	-	-	866.972	901.375
Demais empréstimos	-	-	1.083.838	1.124.661
Total	4.659.102	4.281.815	6.443.807	6.307.118

(a) Valor justo obtido através de cotações de mercado.

(b) Valor justo obtido por meio de metodologias internas de avaliação.

(c) Os valores contábeis apresentados estão líquidos de juros e custos de emissão.

16.1. Condições contratuais restritivas

Em 31 de dezembro de 2018, os financiamentos de longo prazo (exceto Bônus Perpétuos e arrendamentos financeiros) no valor total de R\$4.827.319 (R\$4.316.637 em 31 de dezembro de 2017), possuíam cláusulas e restrições contratuais, incluindo, porém não limitados, àquelas que obrigam a Companhia a manter certos níveis de liquidez e endividamento e de cobertura de despesas com taxa de juros.

A Companhia possui cláusulas restritivas (*covenants*) no *Term Loan* e nas Debêntures VII. No *Term Loan*, a Companhia é obrigada a realizar depósitos em função do atingimento de limites contratuais da dívida vinculada em dólar. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possui depósitos em garantia vinculados aos limites contratuais do *Term Loan*. Em 31 de dezembro de 2018, as Debêntures VII não possuíam cláusulas restritivas previstas para medição devido à renegociação da operação. Os índices de medição semestral (i) dívida líquida / resultado antes dos juros, impostos, depreciação e amortização e despesas com arrendamento (“EBITDAR”) e (ii) índice de cobertura de dívida (“ICSD”) voltarão a serem medidos a partir de 30 de junho de 2019 conforme previsto em contrato. A obrigatoriedade de mensuração de tais indicadores conforme a escritura de emissão é semestral e ocorrerá ao final do primeiro semestre de 2019. Sendo assim, em 31 de dezembro de 2018, a Companhia encontra-se em conformidade com as cláusulas contratuais restritivas das Debêntures VII.

16.2. Reestruturação e novas captações de empréstimos e financiamentos realizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Financiamento à importação: a Companhia, por meio de sua controlada GLA, captou recursos ao longo do exercício e renegociou vencimentos de contratos desta modalidade, com a colocação de notas promissórias, como garantia das operações. Tais operações fazem parte de uma linha de crédito que a GLA mantém para financiamento de importações, com o objetivo de manutenção de motores, compra de peças de reposição e equipamentos aeronáuticos. As informações acerca de tais financiamentos estão apresentadas a seguir:

Data da operação	Montante		Taxa de	Data de vencimento
	(US\$)	(R\$)	Juros (a.a.)	
Novas captações				
12/01/2018	4,722	15.202	5,10%	07/01/2019
02/03/2018	6,531	21.301	5,75%	01/03/2019
09/03/2018	6,731	21.874	5,44%	05/09/2018
23/03/2018	7,447	24.606	5,63%	19/09/2018
20/04/2018	7,121	24.285	5,75%	17/10/2018
27/04/2018	14,395	49.919	5,76%	24/10/2018
04/05/2018	7,710	27.225	6,19%	31/10/2018
19/10/2018	6,990	27.085	6,34%	19/04/2019
31/10/2018	6,053	23.453	6,50%	29/04/2019
18/11/2018	6,669	25.840	5,43%	18/11/2019
07/12/2018	7,195	27.881	6,61%	05/06/2019
Renegociações				
05/01/2018	2,694	8.731	5,10%	07/01/2019
12/01/2018	5,245	16.888	5,07%	31/12/2018
29/01/2018	8,595	27.208	5,20%	24/01/2019
05/02/2018	4,815	15.579	5,48%	31/01/2019
16/04/2018	4,273	14.874	6,73%	11/04/2019
29/05/2018	5,407	20.205	5,79%	24/05/2019
21/06/2018	9,683	37.335	4,99%	14/06/2019
21/06/2018	4,570	17.621	5,91%	17/06/2019
21/06/2018	10,436	40.239	4,99%	14/06/2019
24/10/2018	14,395	55.781	5,08%	22/04/2019

Linha de crédito - motores: Durante o exercício, a controlada GLA obteve novas linhas de financiamento junto por meio da emissão de *Guaranteed Notes* (“Notas Garantidas”) para a realização de serviços de manutenção de motores junto à oficina da Delta Air Lines.

Data da operação	Montante		Custos		Taxa de juros	Data de vencimento
	(US\$)	(R\$ I)	(US\$)	(R\$)		
27/03/2018	10,503	34.928	603	2.005	Libor 3m+0,75% a.a.	24/01/2020
04/05/2018	10,467	36.951	567	2.001	Libor 3m+0,75% a.a.	24/03/2020
29/06/2018	10,299	39.710	399	1.538	Libor 3m+0,75% a.a.	29/04/2020
29/08/2018	10,301	42.597	401	1.658	Libor 3m+0,75% a.a.	30/06/2020
30/11/2018	10,203	39.417	303	1.170	Libor 3m+0,75% a.a.	30/09/2020

Emissão adicional Sênior Notes 2025: Em 2 de fevereiro de 2018, a Companhia por meio de sua controlada Gol Finance, realizou a emissão adicional do Bônus Sênior VIII com vencimento em 2025, no valor de R\$486.735 (US\$150 milhões na data da captação), com custos de emissão de R\$8.578 (US\$2.873 na data da captação). Os Bônus Sênior possuem como garantia o aval da Companhia com pagamento de juros semestrais de 7,0% a.a. Os recursos captados foram utilizados para resgatar a totalidade dos Bônus Sênior II, III, V, VI e VII, e para pagamento de custos e despesas relacionados.

Empréstimo com garantia de motores: Em 28 de junho de 2018, a Companhia, por meio de sua controlada GLA, realizou captação de um financiamento com garantia de 1 motor próprio da Companhia no montante de R\$43.913 (US\$11.400 na data da captação) e custo de emissão R\$578 (US\$150 na data da captação). Nessa modalidade, o financiamento possui pagamento e amortização de juros mensais.

Debêntures VII: Em 29 de outubro de 2018, a Companhia por meio de sua controlada GLA realizou a 7ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, em série única, com garantia adicional fidejussória e real. Foram emitidas 88.750 debêntures, com valor nominal unitário de R\$10 mil, totalizando, na data de emissão, R\$887.500, com custos de emissão de R\$28.739. As debêntures terão prazo de vigência de 3 anos contados da data de emissão com juros equivalentes a 120% do CDI. A amortização das debêntures será realizada semestralmente, em 6 parcelas iguais, com início em 28 de março de 2019 e juros trimestrais.

Os demais empréstimos e financiamentos não sofreram alterações contratuais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

16.3. Liquidações antecipadas de financiamentos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Como parte do processo de reestruturação de dívida (conforme descrito na nota explicativa nº1), a Companhia utilizou recursos captados por meio da emissão do Bônus Sênior VIII ocorrida em 11 de dezembro de 2017 pela controlada Gol Finance Inc. no montante de US\$500 milhões e da emissão adicional no valor de US\$150 milhões ocorrido em 2 de fevereiro de 2018 para resgatar a totalidade dos Bônus Sênior, conforme demonstrado abaixo:

	Vencimentos	Transação	Pagamentos	Prêmios pagos (*)
Bônus Sênior VI	07/2021	01/2018	42.019	5.644
Bônus Sênior V	12/2018	01/2018	7.379	-
Bônus Sênior VII	12/2028	01/2018	18.348	2.477
Bônus Sênior II	07/2020	03/2018	95.777	1.474
Bônus Sênior III	02/2023	03/2018	20.881	1.122
Total em US\$			184.404	10.717
Total em R\$			610.600	34.979

(*) Valores registrados na rubrica de “Gastos com recompra de títulos” no resultado financeiro.

Como parte do processo de reestruturação de dívida, a Companhia utilizou os recursos captados por meio da 7ª emissão de Debêntures no montante total de R\$887.500, para o pagamento em 29 de outubro de 2018, do valor devedor remanescente das Debêntures da 6ª emissão emitidas em 2015.

16.4. Arrendamentos financeiros

Os pagamentos futuros de contraprestações dos contratos de arrendamento mercantil financeiro são indexados em dólar e estão detalhados a seguir:

	Consolidado	
	2018	2017
2018	-	333.795
2019	140.307	319.511
2020	140.080	267.477
2021	139.852	224.591
2022	139.624	119.200
2023	69.985	59.748
2024 em diante	65.776	267.075
Total de pagamentos mínimos de arrendamento	695.624	1.591.397
Menos total de juros	(54.964)	(115.246)
Valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamentos	640.660	1.476.151
Menos parcela do circulante	(120.118)	(288.194)
Parcela do não circulante	520.542	1.187.957

A taxa de desconto utilizada para cálculo a valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento é de 3,72% em 31 de dezembro de 2018 (4,04% em 31 de dezembro de 2017). Não existem diferenças significativas entre o valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento e o valor de mercado destes passivos financeiros.

A Companhia estendeu o vencimento do financiamento de algumas de suas aeronaves sob a modalidade de arrendamentos financeiros para 15 anos por meio da utilização do mecanismo de alongamento, amortização e pagamento de financiamento, denominado (“SOAR”) que permite a realização de saques calculados para serem liquidados mediante pagamento integral no final do contrato de arrendamento. Em 31 de dezembro de 2018, os valores dos saques realizados para pagamento integral na data do encerramento do contrato de arrendamento foram de R\$49.635 (R\$255.644 em 31 de dezembro de 2017) e estão apresentados juntamente com os arrendamentos financeiros na rubrica de empréstimos e financiamentos no passivo circulante e passivo não circulante.

17. Fornecedores - Risco sacado

A Companhia possui operações que possibilitam aos fornecedores anteciparem os seus recebíveis. Nesta modalidade, não há alterações nas condições comerciais existentes entre a Companhia e seus fornecedores. Em 31 de dezembro de 2018, o montante registrado no passivo circulante decorrente das operações de risco sacado era de R\$365.696 (R\$78.416 em 31 de dezembro de 2017).

18. Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
PIS e COFINS	947	392	43.237	40.036
Parcelamento - PRT e PERT	15.588	22.017	23.858	68.596
IRRF sobre salários	133	-	34.883	32.070
ICMS	-	-	46.952	45.492
IRPJ e CSLL a recolher	-	-	8.991	5.299
Outros	70	125	8.440	9.654
Total	16.738	22.534	166.361	201.147
Circulante	8.944	7.856	111.702	134.951
Não circulante	7.794	14.678	54.659	66.196

19. Transportes a executar

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de transportes a executar classificado no passivo circulante era de R\$1.673.987 (R\$1.476.514 em 31 de dezembro de 2017) é representado por 5.804.941 cupons de bilhetes vendidos e ainda não utilizados (4.964.925 em 31 de dezembro de 2017) com prazo médio de utilização de 57 dias (48 dias em 31 de dezembro de 2017).

20. Provisões

	Consolidado			
	Provisão para seguros	Provisões para devolução de aeronaves e motores (a)	Processos judiciais (b)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	741	400.851	207.597	609.189
Provisões adicionais reconhecidas	-	214.636	243.860	458.496
Provisões realizadas	-	(33.591)	(203.291)	(236.882)
Variação cambial	(741)	70.238	(706)	68.791
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	652.134	247.460	899.594
Em 31 de dezembro de 2018				
Circulante	-	70.396	-	70.396
Não circulante	-	581.738	247.460	829.198
Total	-	652.134	247.460	899.594
Em 31 de dezembro de 2017				
Circulante	741	45.820	-	46.561
Não circulante	-	355.031	207.597	562.628
Total	741	400.851	207.597	609.189

(a) As provisões adicionais reconhecidas para devolução de aeronaves e motores também incluem efeitos de ajuste a valor presente.

(b) As provisões realizadas consideram baixas por reavaliação de estimativa e processos liquidados.

20.1. Provisões para devolução de aeronaves e motores

Tais provisões consideram os custos que atendem as condições contratuais de devolução de motores mantidos sob arrendamento operacional, bem como para os custos a incorrer de reconfiguração de aeronaves, quando da sua devolução, conforme condições estabelecidas nos contratos de arrendamento. A contrapartida é capitalizada no imobilizado, na rubrica de “reconfigurações/benfeitorias de aeronaves”.

20.2. Processos judiciais

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e procedimentos administrativos, classificados em Operação (aqueles que decorrem do curso normal das operações da Companhia) e Sucessão (aqueles que decorrem do pedido de reconhecimento de sucessão por obrigações da Varig S.A.).

As ações de natureza cível são relacionadas principalmente às ações indenizatórias em geral relacionadas a atrasos e cancelamentos de voos, extravios e danos a bagagens. As ações de natureza trabalhista consistem, essencialmente, em temas relacionados a horas extras, adicional de periculosidade, adicional de insalubridade e diferenças salariais.

Os valores das provisões por modalidade de processo registradas com perda provável estão demonstrados a seguir:

	2018	2017
Cíveis	64.005	67.528
Trabalhistas	181.556	137.071
Tributários	1.899	2.998
Total	247.460	207.597

As provisões são revisadas com base na evolução dos processos e no histórico de perdas através da melhor estimativa corrente para as causas cíveis e trabalhistas.

Existem outros processos de natureza cível e trabalhista avaliados pela Administração e pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado de R\$36.320 para as ações cíveis e R\$183.506 para as ações trabalhistas em 31 de dezembro de 2018 (R\$30.945 e R\$124.062 em 31 de dezembro de 2017, respectivamente) para os quais nenhuma provisão foi constituída.

Os processos de natureza fiscal abaixo foram avaliados pela Administração e pelos assessores jurídicos como sendo relevantes e de risco possível em 31 de dezembro de 2018:

- A GLA discute a não incidência do adicional de alíquota de 1% de COFINS sobre importações de aeronaves, partes e peças, no montante de R\$65.679 (R\$48.596 em 31 de dezembro de 2017). De acordo com a opinião de nossos consultores jurídicos, a classificação de risco possível decorre do fato de que não houve revogação expressa da desoneração fiscal (alíquota zero) concedida às empresas regulares de transporte aéreo.
- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), montante de R\$22.927 (R\$21.222 em 31 de dezembro de 2017) decorrentes de Autos de Infração lavrados pela Prefeitura do Município de São Paulo contra a Companhia, no período de Janeiro de 2007 a Dezembro de 2010, referente a uma possível incidência de ISS sobre contratos celebrados com parceiros. A classificação de risco possível decorre do fato de que as matérias em discussão são interpretativas, além de envolverem discussões de matérias fático-probatórias, bem como não havendo posicionamento final dos Tribunais Superiores.

- Multa aduaneira no montante de R\$49.078 (R\$57.823 em 31 de dezembro de 2017) referentes aos Autos de Infração lavrados contra a Companhia por suposto descumprimento de normas aduaneiras referentes a processos de importação temporária de aeronaves. A classificação de risco possível decorre do fato de não haver posicionamento final dos Tribunais Superiores sobre a matéria.
- Ágio BSSF Air Holdings (“BSSF”), no montante de R\$107.579 (R\$104.213 em 31 de dezembro de 2017) decorrentes de Auto de Infração lavrado em função da dedutibilidade de ágio alocado como rentabilidade futura. A classificação de risco possível decorre do fato de não haver posicionamento final dos Tribunais Superiores.
- Ágio GLA (decorrente da aquisição da antiga VRG) no montante de R\$83.704 (R\$80.198 em 31 de dezembro de 2017) decorrentes de Auto de Infração lavrado em função da dedutibilidade de ágio alocado como rentabilidade futura. A classificação de risco possível decorre do fato de não haver posicionamento final dos Tribunais Superiores.
- Em maio de 2018, a controlada Smiles recebeu um Auto de Infração relativo aos anos de 2014 e 2015, lavrado em função: (i) da dedutibilidade do ágio alocado como rentabilidade futura após o processo de incorporação da GA Smiles pela Smiles S.A. em 31 de dezembro de 2013 e (ii) da dedutibilidade das despesas financeiras das debêntures emitidas em junho de 2014. O montante no valor de R\$118.119 em 31 de dezembro de 2018 foi avaliado pela Administração e pelos assessores jurídicos como de risco possível uma vez que há argumentos de defesa em sede de recurso administrativo.

Existem outros processos de natureza fiscal avaliados pela Administração e pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado de R\$101.050 (R\$70.762 em 31 de dezembro de 2017) que somados com os processos acima totalizam o montante de R\$548.136 em 31 de dezembro de 2018 (R\$382.814 em 31 de dezembro de 2017).

21. Patrimônio líquido

21.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2018, o valor do capital social era de R\$3.098.230, representado por 3.131.226.450 ações, sendo 2.863.682.710 ações ordinárias e 267.543.740 ações preferenciais.

Em 20 de dezembro de 2018, o fundo Volluto, controlador da Companhia promoveu uma cisão parcial de seu patrimônio líquido, e como consequência verteu a totalidade de suas ações preferenciais de sua titularidade para o MOBI Fundo de Investimento em Ações, o qual por sua vez pertence aos mesmo titulares do fundo Volluto observando-se também a mesma proporção de participação.

A composição acionária é como segue:

	2018			2017		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Fundo Volluto	100,00%	-	23,42%	100,00%	49,25%	61,19%
Mobi FIA	-	48,85%	37,41%	-	-	-
Delta Air Lines, Inc.	-	12,29%	9,41%	-	12,38%	9,47%
Airfrance - KLM	-	1,58%	1,21%	-	1,60%	1,22%
Ações em tesouraria	-	0,00%	0,00%	-	0,10%	0,08%
Outros	-	1,03%	0,79%	-	0,93%	0,71%
Mercado	-	36,25%	27,76%	-	35,74%	27,33%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

O capital social autorizado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$4 bilhões. Dentro do limite autorizado, a Companhia poderá, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social

independentemente de reforma estatutária, mediante a emissão de ações, sem guardar proporção entre as diferentes espécies de ações. Nos termos da Lei, nos casos de aumento de capital dentro do limite autorizado, o Conselho de Administração fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

O Conselho de Administração da Companhia aprovou aumentos de capital ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 por meio da subscrição de ações em decorrência de exercícios de opção de ações em: (i) 11 de janeiro de 2018, no montante de R\$1.500, em razão da subscrição de 161.029 ações preferenciais; (ii) 8 de maio de 2018 no montante de R\$5.798 em razão da subscrição de 498.674 ações preferenciais; (iii) 1 de agosto de 2018, no montante de R\$2.472 em razão da subscrição de 331.418 ações preferenciais; (iv) 31 de outubro de 2018, no montante de R\$167 em razão da subscrição de 63.601 ações preferenciais; e (v) 21 de dezembro de 2018, no montante de R\$5.491 em razão da subscrição de 589.586 ações preferenciais.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia mantinha o saldo de ações a emitir no montante de R\$2.818 em razão da subscrição de 348.821 ações preferenciais por meio do exercício de opção de ações.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo da Controladora de custo com emissão de ações era de R\$42.290 e o saldo Consolidado era de R\$155.618.

21.2. Ações em tesouraria

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia (i) realizou a recompra de 740.000 ações no montante de R\$15.929; e (ii) transferiu 1.012.222 ações em tesouraria por meio de remuneração aos beneficiários do plano de ações restritas, outorgado em 11 de agosto de 2015, no montante de R\$19.685, com ágio apurado de R\$286.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía 6.390 ações em tesouraria, totalizando R\$126 (278.612 ações no valor de R\$4.168 em 31 de dezembro de 2017). Em 31 de dezembro de 2018, o valor de mercado das ações em tesouraria era de R\$160 (R\$4.068 em 31 de dezembro de 2017).

22. Resultado por ação

Embora existam diferenças entre as ações ordinárias e as preferenciais quanto ao direito de voto e preferência em caso de liquidação, as ações preferenciais da Companhia não concedem o direito de recebimento de dividendos fixos. As ações preferenciais possuem poder econômico e o direito de recebimento de dividendos 35 vezes maior do que as ações ordinárias. Dessa forma, a Companhia considera que o poder econômico das ações preferenciais é superior às ações ordinárias. Sendo assim, o resultado do período atribuído aos acionistas controladores é alocado de forma proporcional em relação à participação econômica total do montante de ações ordinárias e preferenciais.

O resultado básico por ação é calculado através da divisão do resultado líquido do período atribuído aos acionistas controladores da Companhia pela quantidade média ponderada de todas as classes de ações em circulação durante o período.

O resultado diluído por ação é calculado mediante ao ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações. A Companhia possui apenas uma categoria de ações potencialmente dilutivas (opção de compra de ações), conforme descrito na nota explicativa nº23. No entanto, em razão dos prejuízos apurados no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, estes instrumentos emitidos pela controladora possuem efeito não dilutivo e, portanto, não foram considerados na quantidade total de ações em circulação para determinação do prejuízo diluído por ação.

	Controladora e Consolidado					
	2018			2017		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
	(Reapresentado)					
Numerador						
Lucro (prejuízo) líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores	(254.828)	(830.565)	(1.085.393)	7.708	11.084	18.792
Denominador						
Média ponderada de ações em circulação (em milhares)	2.863.683	266.676		4.981.350	204.664	
Efeito dos títulos dilutíveis	-	-		-	2.614	
Média ponderada ajustada de ações em circulação e conversões presumidas diluídas (em milhares)	2.863.683	266.676		4.981.350	207.278	
Lucro (prejuízo) básico por ação	(0,089)	(3,115)		0,002	0,054	
Lucro (prejuízo) diluído por ação	(0,089)	(3,115)		0,002	0,053	

23. Remuneração baseada em ações

A Companhia possui dois planos de remuneração adicional a seus administradores: o Plano de opção de compra de ações (“Plano de opções”) e o Plano de ações restritas. Ambos visam estimular e promover o alinhamento dos objetivos da Companhia, dos administradores e dos empregados, e mitigar os riscos na geração de valor da Companhia pela perda de seus executivos, fortalecendo o comprometimento e a produtividade desses executivos nos resultados de longo prazo.

23.1. Plano de opção de compras - GLAI

Os beneficiários das opções de ações poderão adquirir as ações pelo preço estabelecido na data da outorga após o período de 3 anos da data de concessão, na condição de que o beneficiário tenha mantido seu vínculo empregatício durante esse período.

As opções tornam-se exercíveis à taxa de 20% no primeiro ano, 30% adicionais no segundo e 50% remanescentes no terceiro ano. Em todos os casos, as opções podem ser exercidas em até 10 anos após a data da concessão. Em todos os planos de opções, a volatilidade esperada baseia-se na volatilidade histórica dos 252 dias úteis das ações da Companhia negociadas na B3.

Ano da opção	Data da aprovação	Total de opções outorgadas	Total de opções em circulação	Preço de exercício da opção (em Reais)	Valor justo médio na data da concessão (em Reais)	Volatilidade estimada do preço da opção	Dividendo esperado	Taxa de retorno livre de risco	Maturidade remanescente média em anos
2010 (a)	02/02/2010	2.774.640	759.092	20,65	16,81	77,95%	2,73%	8,65%	1,0
2011	20/12/2010	2.722.444	523.446	27,83	16,07 (b)	44,55%	0,47%	10,25%	1,9
2012	19/10/2012	778.912	214.342	12,81	5,32 (c)	52,25%	2,26%	9,00%	3,7
2013	13/05/2013	802.296	220.414	12,76	6,54 (d)	46,91%	2,00%	7,50%	4,3
2014	12/08/2014	653.130	197.661	11,31	7,98 (e)	52,66%	3,27%	11,00%	5,6
2015	11/08/2015	1.930.844	623.043	9,35	3,37 (f)	55,57%	5,06%	13,25%	6,6
2016	30/06/2016	5.742.732	4.012.625	2,62	1,24 (g)	98,20%	6,59%	14,25%	7,5
2017	08/08/2017	947.767	690.960	8,44	7,91 (h)	80,62%	1,17%	11,25%	8,6
2018	24/05/2018	718.764	578.929	20,18	12,68 (i)	55,58%	0,60%	6,50%	9,4
Total		17.071.529	7.820.512	9,19					6,38

(a) Em abril de 2010 foi aprovada outorga complementar de 101.894 ações, referente ao plano de 2010.

(b) Valor justo calculado pela média dos valores R\$16,92, R\$16,11 e R\$15,17 para os respectivos períodos de *vesting* (2011, 2012 e 2013).

(c) Valor justo calculado pela média dos valores R\$6,04, R\$5,35 e R\$4,56 para os respectivos períodos de *vesting* (2012, 2013 e 2014).

(d) Valor justo calculado pela média dos valores R\$7,34, R\$6,58 e R\$5,71 para os respectivos períodos de *vesting* (2013, 2014 e 2015).

(e) Valor justo calculado pela média dos valores R\$8,20, R\$7,89 e R\$7,85 para os respectivos períodos de *vesting* (2014, 2015 e 2016).

(f) Valor justo calculado pela média dos valores R\$3,61, R\$3,30 e R\$3,19 para os respectivos períodos de *vesting* (2015, 2016 e 2017).

(g) Em 27 de julho de 2016 foi realizada a outorga de 900.000 ações em complemento ao plano de 2016. O valor justo foi calculado pela média dos valores R\$1,29, R\$1,21 e R\$1,22 para os respectivos períodos de *vesting* (2017, 2018 e 2019).

(h) Valor justo calculado pela média dos valores R\$8,12, R\$7,88 e R\$7,72 para os respectivos períodos de *vesting* (2017, 2018 e 2019).

(i) Valor justo calculado pela média dos valores R\$13,26, R\$12,67 e R\$12,11 para os respectivos períodos de *vesting* (2018, 2019 e 2020).

O valor da ação da Companhia negociada na B3 em 31 de dezembro de 2018 era de R\$25,10 (R\$14,60 em 31 de dezembro de 2017).

A movimentação das opções de ações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 está demonstrada a seguir:

	Total de opções de ações	Preço médio ponderado de exercício
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2017	9.040.293	8,63
Opções concedidas	718.764	20,18
Opções canceladas e ajustes na estimativa de direitos expirados	225.597	11,35
Opções exercidas	(2.164.142)	9,25
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2018	7.820.512	9,19
Quantidade de opções exercíveis em:		
31 de dezembro de 2017	7.307.151	9,59
31 de dezembro de 2018	7.065.174	8,01

23.2. Plano de ações restritas - GLAI

O Plano de ações restritas da Companhia foi aprovado em 19 de outubro de 2012 na Assembleia Geral Extraordinária, e as primeiras outorgas foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 13 de novembro de 2012.

Ano da ação	Data da aprovação	Total de ações outorgadas	Total de ações transferíveis	Valor justo médio na data da concessão
2016	30/06/2016	4.007.081	3.079.315	2,62
2017	08/08/2017	1.538.213	1.166.151	8,44
2018	24/05/2018	773.463	620.275	20,18
Total		6.318.757	4.865.741	

A movimentação do total das ações restritas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 está demonstrada a seguir:

(*) Durante exercício 31 de dezembro de 2018, a Companhia 1.012.222	Total de ações restritas		o findo em dezembro transferiu ações via
	Ações restritas transferíveis em 31 de dezembro de 2017		
		5.297.191	
	Outorgas realizadas	773.463	
	Ações canceladas e ajustes na estimativa de direitos expirados	(117.315)	
	Ações transferidas (*)	(1.087.598)	
	Ações restritas transferíveis em 31 de dezembro de 2018		
		4.865.741	

instrumentos patrimoniais (ações em tesouraria), e 75.376 ações via caixa. O valor correspondente ao total das ações transferidas é de R\$20.600.

23.3. Plano de opção de compra de ações - Smiles Fidelidade

Os beneficiários das opções de ações poderão adquirir as ações pelo preço estabelecido na data da outorga após o período de 3 anos da data de concessão, na condição de que o beneficiário tenha mantido seu vínculo empregatício durante esse período.

As opções tornam-se exercíveis à taxa de 20% no primeiro ano, 30% adicionais no segundo e 50% remanescentes no terceiro ano. Em todos os casos, as opções podem ser exercidas em até 10 anos após a data da concessão. Em todos os planos de opções, a volatilidade esperada baseia-se na volatilidade histórica dos 252 dias úteis das ações da Companhia negociadas na B3.

Ano da opção	Data da aprovação	Total de opções outorgadas	Total de opções em circulação	Preço de exercício da opção (em Reais)	Valor justo médio na data da concessão	Volatilidade estimada do preço da opção	Dividendo esperado	Taxa de retorno livre de risco	Maturidade remanescente média (em anos)
2013	08/08/2013	1.058.043	54.003	21,70	4,25 (a)	36,35%	6,96%	7,40%	4,5
2014	04/02/2014	1.150.000	48.050	31,28	4,90 (b)	33,25%	10,67%	9,90%	5,0
2018	31/07/2018	1.300.000	975.000	52,67	8,93 (c)	41,28%	9,90%	6,39%	9,5
Total		3.508.043	1.077.053						

(a) Média do valor justo em reais calculado para o plano de Opção de Ações de R\$4,84 e R\$4,20 para os períodos de vesting de 2013 e 2014; e, R\$ 3,73 para os períodos de vesting de 2015 e 2016.

(b) Média do valor justo em reais calculado para o plano de Opção de Ações de R\$4,35, R\$4,63, R\$4,90, R\$5,15 e R\$5,37 para os períodos de vesting de 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018.

(c) Média do valor justo em reais calculado para o plano de opção de ações 2018 de R\$8,17, R\$8,63, R\$9,14, e R\$9,77 para os períodos de vesting de 2019, 2020, 2021 e 2022.

O valor da ação da controlada Smiles negociada na B3 em 31 de dezembro de 2018 era de R\$43,77 (R\$75,90 em 31 de dezembro de 2017).

A movimentação das opções de ações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 está apresentada a seguir:

	Total de opções de ações	Preço médio ponderado de exercício
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2017	253.053	29,24
Opções concedidas	1.300.000	52,67
Ajustes na estimativa de direitos expirados	(325.000)	52,67
Opções exercidas	(151.000)	11,72
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2018	1.077.053	50,17

Referenciado em ações da controlada Smiles Fidelidade, é concedido aos administradores e empregados uma bonificação complementar liquidada em caixa, como forma de fortalecer o comprometimento e produtividade desses executivos nos resultados. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo desta obrigação era de R\$6.899 reconhecido na rubrica de “Obrigações trabalhistas”, referenciados em 111.272 ações equivalentes da Smiles Fidelidade. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Smiles Fidelidade reconheceu no resultado na rubrica de “Pessoal” o montante de R\$7.450 (R\$6.332 em 31 de dezembro de 2017) referentes à concessão do referido direito.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou no patrimônio líquido a título de remuneração baseada em ações o montante de R\$17.790 atribuído aos acionistas controladores e R\$782 aos acionistas não controladores da Smiles (R\$11.956 atribuído aos acionistas controladores e R\$192 atribuídos aos acionistas não controladores da Smiles no exercício findo em 31 de dezembro de 2017) para os planos apresentados acima, com a contrapartida no resultado na rubrica “pessoal”. O saldo total da rubrica de remuneração baseada em ações em 31 de dezembro de 2018 é de R\$117.413 (R\$119.308 em 31 de dezembro de 2017).

24. Receita de vendas

	Consolidado	
	2018	2017
		(Reapresentado)
Transporte de passageiros (*)	11.148.292	10.027.414
Transporte de cargas	400.959	354.561
Receita de milhas	446.448	554.380
Outras receitas	95.681	109.045
Receita bruta	12.091.380	11.045.400
Impostos incidentes	(680.026)	(716.366)
Receita líquida	11.411.354	10.329.034

(*) Do montante total, o valor de R\$479.136 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 é composto por receitas por não comparecimento de passageiros, remarcação e cancelamento de passagens (R\$433.639 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017). Inclui receitas de *breakage*.

As receitas são líquidas de impostos federais, estaduais e municipais, os quais são recolhidos e transferidos para as entidades governamentais apropriadas.

A receita por localidade geográfica é como segue:

	Consolidado			
	2018	%	2017 (Reapresentado)	%
Doméstico	9.729.498	85,3	8.798.002	85,2
Internacional	1.681.856	14,7	1.531.032	14,8
Receita líquida	11.411.354	100,0	10.329.034	100,0

25. Custos dos serviços prestados, despesas comerciais e administrativas

25.1. Controladora

	2018		2017	
	Total	%	Total	%
Pessoal (a)	(3.806)	(0,7)	(5.853)	15,1
Prestação de serviços	(21.745)	(4,0)	(20.143)	52,0
Transações com <i>sale-leaseback</i>	748.561	139,4	(7.072)	18,2
Outras receitas (despesas), líquidas (b)	(185.990)	(34,7)	(5.696)	14,7
Total	537.020	100,0	(38.764)	100,0

(a) A Companhia reconhece as despesas com o Comitê de Auditoria e Conselho de Administração na rubrica de "Pessoal".

(b) Do montante total em 2018, R\$ 183.695 refere-se ao perdão de dívida envolvendo a Companhia e as controladas GAC e GLA.

25.2. Consolidado

2018						
	Custos dos serviços prestados	Despesas comerciais	Despesas administrativas	Outras receitas operacionais, líquidas	Total	%
Pessoal (a)	(1.215.324)	(32.526)	(656.002)	-	(1.903.852)	19,0
Combustíveis e lubrificantes	(3.867.673)	-	-	-	(3.867.673)	38,6
Arrendamento de aeronaves	(1.112.837)	-	-	-	(1.112.837)	11,1
Material de manutenção e reparo	(570.333)	-	-	-	(570.333)	5,7
Gastos com passageiros	(474.117)	-	-	-	(474.117)	4,8
Prestação de serviços	(149.959)	(124.553)	(339.256)	-	(613.768)	6,1
Comerciais e publicidade	-	(581.977)	-	-	(581.977)	5,8
Tarifas de pouso e decolagem	(743.362)	-	-	-	(743.362)	7,4
Depreciação e amortização	(644.765)	-	(23.751)	-	(668.516)	6,7
Transações de <i>sale-leaseback</i> (b)	-	-	-	914.167	914.167	(9,1)
Outras, líquidas	(356.941)	(22.870)	(9.700)	-	(389.511)	3,9
Total	(9.135.311)	(761.926)	(1.028.709)	914.167	(10.011.779)	100,0

2017 (Reapresentado)						
	Custos dos serviços prestados	Despesas comerciais	Despesas administrativas	Outras receitas operacionais, líquidas	Total	%
Pessoal (a)	(1.241.052)	(51.162)	(415.897)	-	(1.708.111)	18,3
Combustíveis e lubrificantes	(2.887.737)	-	-	-	(2.887.737)	30,9
Arrendamento de aeronaves	(939.744)	-	-	-	(939.744)	10,1
Material de manutenção e reparo	(368.719)	-	-	-	(368.719)	3,9
Gastos com passageiros	(437.045)	-	-	-	(437.045)	4,7
Prestação de serviços	(98.527)	(241.365)	(288.248)	-	(628.140)	6,7
Comerciais e publicidade	-	(590.814)	-	-	(590.814)	6,3
Tarifas de pouso e decolagem	(664.170)	-	-	-	(664.170)	7,1
Depreciação e amortização	(492.289)	-	(13.136)	-	(505.425)	5,4
Transações de <i>sale-leaseback</i> (b)	-	-	-	(7.072)	(7.072)	0,1
Outras, líquidas	(305.497)	(38.957)	(258.784)	-	(603.238)	6,5
Total	(7.434.780)	(922.298)	(976.065)	(7.072)	(9.340.215)	100

(a) A Companhia reconhece as despesas com o Comitê de Auditoria e Conselho de Administração na rubrica de "Pessoal".

(b) O valor é decorrente de operações de *sale-leaseback* de 25 aeronaves negociadas no período, juntamente com ganhos e perdas diferidos de tais operações e transações de aeronaves negociadas entre os exercícios de 2006 a 2009 em 31 de dezembro de 2018 (R\$7.072 referente ao diferimento de perdas líquidas de aeronaves negociadas entre os exercícios de 2006 a 2009 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017).

26. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas financeiras				
Ganhos com instrumentos derivativos	-	11.675	17.838	35.053
Ganhos com aplicações financeiras e fundos de investimentos	35.534	7.285	161.223	119.863
Variações monetárias	2.038	-	78.169	14.208
(-) Impostos sobre receitas financeiras (a)	(4.590)	(2.451)	(20.372)	(24.393)
Juros sobre contrato de mútuo	75.813	70.659	-	-
Outros	174	1.985	22.870	68.715
Total receitas financeiras	108.969	89.153	259.728	213.446
Despesas financeiras				
Perdas com instrumentos derivativos	-	(581)	(51.674)	(40.770)
Juros sobre empréstimos, financiamentos e outros	(342.333)	(260.867)	(710.787)	(727.285)
Comissões e despesas bancárias	(27.420)	(24.697)	(75.673)	(61.711)
Gastos com recompra de títulos (b)	(53.952)	(53.041)	(53.952)	(53.041)
Perdas com aplicações financeiras e fundos de investimentos	-	-	(33.999)	(44.263)
Outros	(16.414)	(50.323)	(135.004)	(123.391)
Total despesas financeiras	(440.119)	(389.509)	(1.061.089)	(1.050.461)
Variação cambial, líquida	(433.239)	(24.612)	(1.081.197)	(81.744)
Total	(764.389)	(324.968)	(1.882.558)	(918.759)

(a) Relativo ao PIS e COFINS incidentes sobre receitas financeiras auferidas, de acordo com o Decreto nº8.426 de 1º de abril de 2015.

(b) Refere-se ao valor total apurado no pagamento antecipado dos Bônus Sênior II, III, V, VI e VII (para maiores detalhes, vide nota explicativa nº16.3). Inclui a baixa de custos de tais dívidas no montante de R\$34.979.

27. Informações por segmento

Os segmentos operacionais são definidos a partir das atividades de negócio que se podem obter receitas e incorrer despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelos tomadores de decisão da Companhia para avaliação do desempenho e alocação de recursos aos respectivos segmentos. A Companhia possui dois segmentos operacionais: segmento de transporte aéreo e o de programa de fidelidade.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas àquelas aplicadas às demonstrações financeiras consolidadas. Adicionalmente, a Companhia apresenta naturezas distintas entre seus dois segmentos operacionais, não possuindo custos e receitas comuns entre os segmentos operacionais reportados.

A Companhia mantém a maioria acionária na controlada Smiles Fidelidade, e a participação dos acionistas não controladores em 31 de dezembro de 2018 e 2017 era de 47,3%.

As informações a seguir apresentam a posição financeira sumariada dos segmentos operacionais reportáveis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

27.1. Ativos e passivos dos segmentos operacionais

	2018				
	Transporte aéreo	Programa de fidelidade Smiles	Combinação dos segmentos operacionais	Eliminações	Total consolidado
Ativo					
Circulante	2.216.168	2.365.789	4.581.957	(1.271.122)	3.310.835
Não circulante	7.373.864	269.339	7.643.203	(575.772)	7.067.431
Total do ativo	9.590.032	2.635.128	12.225.160	(1.846.894)	10.378.266

Passivo					
Circulante	7.012.120	1.347.684	8.359.804	(1.159.248)	7.200.556
Não circulante	7.563.287	273.214	7.836.501	(153.440)	7.683.061
Patrimônio líquido (negativo)	(4.985.375)	1.014.230	(3.971.145)	(534.206)	(4.505.351)
Total do passivo e patrimônio líquido (negativo)	9.590.032	2.635.128	12.225.160	(1.846.894)	10.378.266

	2017				
	Transporte aéreo	Programa de fidelidade Smiles	Combinação dos segmentos operacionais	Eliminações	Total consolidado
	(Reapresentado)		(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Ativo					
Circulante	2.389.146	1.901.672	4.290.818	(945.820)	3.344.998
Não circulante	6.769.399	269.239	7.038.638	(378.888)	6.659.750
Total do ativo	9.158.545	2.170.911	11.329.456	(1.324.708)	10.004.748

Passivo					
Circulante	5.488.852	1.096.357	6.585.209	(815.589)	5.769.620
Não circulante	7.131.078	202.835	7.333.913	(10.264)	7.323.649
Patrimônio líquido (negativo)	(3.461.385)	871.719	(2.589.666)	(498.855)	(3.088.521)
Total do passivo e patrimônio líquido (negativo)	9.158.545	2.170.911	11.329.456	(1.324.708)	10.004.748

27.2. Resultados dos segmentos operacionais

	2018				
	Transporte Aéreo	Programa de fidelidade Smiles	Combinação dos segmentos operacionais	Eliminações	Total consolidado
Receita líquida					
Transporte de passageiros (a)	10.199.092	-	10.199.092	434.396	10.633.488
Transporte de cargas e outras (a)	422.432	-	422.432	(12.799)	409.633
Receita com resgate de milhas (a)	-	987.444	987.444	(619.211)	368.233
Custo dos serviços prestados (b)	(8.963.750)	(58.386)	(9.022.136)	(113.175)	(9.135.311)
Lucro bruto	1.657.774	929.058	2.586.832	(310.789)	2.276.043
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas comerciais	(815.843)	(112.524)	(928.367)	166.441	(761.926)
Despesas administrativas (c)	(1.060.858)	(112.671)	(1.173.529)	144.820	(1.028.709)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	914.167	38.106	952.273	(38.106)	914.167
Total despesas operacionais	(962.534)	(187.089)	(1.149.623)	273.155	(876.468)
Resultado de equivalência patrimonial	315.721	-	315.721	(315.334)	387
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos	1.010.961	741.969	1.752.930	(352.968)	1.399.962
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	166.348	220.628	386.976	(127.248)	259.728
Despesas financeiras	(1.185.889)	(2.326)	(1.188.215)	127.126	(1.061.089)
Variação cambial, líquida	(1.084.543)	3.223	(1.081.320)	123	(1.081.197)
Total resultado financeiro	(2.104.084)	221.525	(1.882.559)	1	(1.882.558)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(1.093.123)	963.494	(129.629)	(352.967)	(482.596)
Imposto de renda e contribuição social	7.729	(317.652)	(309.923)	12.795	(297.128)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(1.085.394)	645.842	(439.552)	(340.172)	(779.724)
Resultado atribuído aos acionistas controladores	(1.085.394)	340.173	(745.221)	(340.172)	(1.085.393)
Resultado atribuído aos acionistas não controladores da Smiles	-	305.669	305.669	-	305.669

	2017 (Reapresentado)				
	Transporte aéreo	Programa de fidelidade Smiles (d)	Combinação dos segmentos operacionais	Eliminações	Total consolidado
Receita líquida					
Transporte de passageiros (a)	9.165.896	-	9.165.896	398.145	9.564.041
Transporte de cargas e outras (a)	388.215	-	388.215	86.951	475.166
Receita com resgate de milhas (a)	-	899.576	899.576	(609.749)	289.827
Custo dos serviços prestados (b)	(7.416.092)	(45.917)	(7.462.009)	27.229	(7.434.780)
Lucro bruto	2.138.019	853.659	2.991.678	(97.424)	2.894.254
Despesas operacionais					
Despesas comerciais	(886.234)	(100.129)	(986.363)	64.065	(922.298)
Despesas administrativas (c)	(892.449)	(85.111)	(977.560)	1.495	(976.065)
Outras despesas operacionais, líquidas	(7.071)	(18.619)	(25.690)	18.618	(7.072)
Total despesas operacionais	(1.785.754)	(203.859)	(1.989.613)	84.178	(1.905.435)
Resultado de equivalência patrimonial	395.245	-	395.245	(394.701)	544
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos	747.510	649.800	1.397.310	(407.947)	989.363
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	184.448	205.431	389.879	(176.433)	213.446
Despesas financeiras	(1.225.315)	(2.201)	(1.227.516)	177.055	(1.050.461)
Variação cambial, líquida	(78.462)	(3.284)	(81.746)	2	(81.744)
Total resultado financeiro	(1.119.329)	199.946	(919.383)	624	(918.759)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(371.819)	849.746	477.927	(407.323)	70.604
Imposto de renda e contribuição social	390.611	(89.131)	301.480	5.733	307.213
Lucro líquido do exercício	18.792	760.615	779.407	(401.590)	377.817
Resultado atribuído aos acionistas controladores	18.792	401.590	420.382	(401.590)	18.792
Resultado atribuído aos acionistas não controladores da Smiles	-	359.025	359.025	-	359.025

(a) As eliminações das respectivas operações correspondem integralmente às transações entre GLA e Smiles Fidelidade.

(b) Inclui encargos com depreciação e amortização no total de R\$644.765 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 alocados para os seguintes segmentos: R\$630.113 para transporte aéreo e R\$14.652 para programa de fidelidade Smiles (R\$479.328 e R\$12.961 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, respectivamente).

(c) Inclui encargos com depreciação e amortização no total de R\$23.751 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 alocados para os seguintes segmentos: R\$21.045 para transporte aéreo e R\$2.706 para programa de fidelidade Smiles (R\$12.478 e R\$658 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, respectivamente).

(d) Valores compostos pela Smiles S.A. e Smiles Fidelidade.

Nas demonstrações financeiras individuais da controlada Smiles Fidelidade, que constitui o segmento de Programa de Fidelidade, e nas informações fornecidas aos principais tomadores de decisões operacionais, o reconhecimento da receita acontece no momento do resgate das milhas pelos participantes. Sob a perspectiva desse segmento, tal tratamento é adequado, pois é o momento em que o ciclo de reconhecimento de receita se completa, uma vez que a Smiles transfere para a GLA a obrigação de prestar os serviços ou entregar os produtos aos seus clientes.

No entanto, sob a perspectiva consolidada, o ciclo de reconhecimento de receitas com relação à troca de milhas do programa de fidelidade por passagens aéreas da Companhia apenas se completa quando os passageiros são efetivamente transportados. Portanto, para fins de conciliação com os ativos, passivos e resultados consolidados, assim como para fins de equivalência patrimonial e de consolidação, além das eliminações, é realizado um ajuste de transações não realizadas nas receitas provenientes do Programa Smiles. Nesse caso, sob a perspectiva do consolidado, as milhas que foram utilizadas para resgatar passagens aéreas apenas são reconhecidas como receitas quando os passageiros são transportados, de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia.

28. Compromissos

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui 130 pedidos firmes junto a Boeing para aquisição de aeronaves. Estes compromissos de compra de aeronaves incluem estimativas para aumentos contratuais

dos preços durante a fase de construção. O montante aproximado dos pedidos firmes, não considerando os descontos contratuais, é de R\$63.235.639 (correspondendo a US\$16.319.717 na data do balanço) e estão segregados conforme abaixo:

	Consolidado	
	2018	2017
2019	-	1.117.604
2020	1.791.661	4.538.258
2021	5.046.966	6.198.259
2022	7.883.277	6.353.457
2023	8.766.165	6.524.408
2024 em diante	39.747.570	20.358.396
Total	63.235.639	45.090.382

Em 31 de dezembro de 2018, dos compromissos mencionados acima, a Companhia deverá desembolsar o montante de R\$8.827.272 (correspondendo a US\$2.278.123 na data do balanço) a título de adiantamentos para aquisição de aeronaves, conforme os exercícios abaixo:

	Consolidado	
	2018	2017
2018	-	316.215
2019	283.579	773.268
2020	816.766	848.003
2021	1.072.048	852.458
2022	1.250.361	866.119
2023	1.313.497	786.487
2024 em diante	4.091.021	2.021.014
Total	8.827.272	6.463.564

A parcela financiada mediante empréstimos de longo prazo com garantia das aeronaves corresponde a aproximadamente 85% do custo total das aeronaves. Demais agentes financiam as aquisições com percentuais iguais ou acima deste chegando até 100%.

A Companhia vem efetuando os pagamentos relativos às aquisições de aeronaves utilizando recursos próprios, de empréstimos, do caixa gerado nas operações, linhas de créditos de curto e médio prazo e de financiamento do fornecedor.

A Companhia arrenda toda sua frota de aeronaves por meio de uma combinação de arrendamentos mercantis operacionais e financeiros. Em 31 de dezembro de 2018, a frota total era composta de 121 aeronaves, dentre as quais 110 eram arrendamentos mercantis operacionais e 11 foram registrados como arrendamentos mercantis financeiros que possuem opção de compra. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia efetuou a devolução de 4 aeronaves com contrato de arrendamento operacional. Adicionalmente, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia alterou a classificação de 20 contratos de arrendamento financeiro para arrendamento operacional por meio de transações de *sale-leaseback*.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia mantém registrada no passivo circulante as parcelas dos arrendamentos operacionais no montante de R\$135.799 e 135.686 no passivo não circulante (R\$28.387 no passivo circulante e R\$110.723 no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2017).

Em 14 de fevereiro e em 27 de novembro de 2017, a Companhia realizou transações de *sale-leaseback* de 10 aeronaves com a AWAS e GECAS. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia recebeu 5 aeronaves referentes a esta operação e, de acordo com os termos do contrato, o prazo de duração do arrendamento será de 12 anos contados a partir da chegada de cada aeronave, as demais aeronaves estão previstas para serem entregues até agosto de 2019. Sob os termos deste contrato, tanto a AWAS quanto a GECAS se comprometem a realizar todos os desembolsos necessários para pagamento de

adiantamentos com base no cronograma de desembolso do contrato de aquisição de aeronaves. Sob os mesmos termos, a Companhia atua como garantidora da operação caso haja inadimplência sobre os compromissos assumidos pela AWAS e pela GECAS.

28.1. Arrendamentos mercantis operacionais

Os pagamentos futuros dos contratos de arrendamento mercantil operacionais não canceláveis e denominados em dólar estão demonstrados como segue:

	Consolidado	
	2018	2017
2018	-	858.508
2019	1.388.818	928.226
2020	1.317.883	888.944
2021	1.113.030	746.595
2022	936.887	630.477
2023	769.322	520.152
2024 em diante	1.609.844	731.812
Total de pagamentos mínimos de arrendamento	7.135.784	5.304.714

28.2. Transações de *sale-leaseback*

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apurou no Consolidado um ganho líquido de R\$911.704 decorrente de transações de *sale-leaseback* de 25 aeronaves, e reconheceu o montante de R\$2.463 referente aos ganhos líquidos diferidos de transações realizadas de 2006 a 2018. Do total das operações de *sale-leaseback* realizadas no exercício, o montante de R\$352.437 registrado na rubrica de “Outros créditos” na Controladora e Consolidado corresponde à venda de 7 aeronaves cujo recebimento ocorrerá em março de 2019.

29. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

As atividades operacionais expõem a Companhia e suas controladas aos riscos financeiros de mercado (preço do combustível, taxa de câmbio e taxa de juros), de crédito e de liquidez. Tais riscos podem ser mitigados através da utilização de derivativos do tipo *swaps*, contratos futuros e opções, no mercado de petróleo, dólar e juros.

A gestão dos instrumentos financeiros é efetuada pelo Comitê de Política Financeira (“CPF”) em consonância com as Políticas de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Comitê de Políticas de Riscos (“CPR”) e submetidas ao Conselho de Administração. O CPR estabelece as diretrizes, limites e acompanha os controles, incluindo os modelos matemáticos adotados para o monitoramento contínuo das exposições e possíveis impactos financeiros, além de coibir a exploração de operações de natureza especulativa com instrumentos financeiros.

A Companhia não contrata instrumentos de proteção para a totalidade da exposição de riscos, estando, portanto, sujeita às variações de mercado para uma parcela significativa de seus ativos e passivos expostos. As decisões sobre a parcela a ser protegida consideram os riscos financeiros e os custos de tal proteção e são determinadas e revisadas no mínimo trimestralmente, em consonância com as estratégias do CPR. Os resultados auferidos das operações e a aplicação dos controles para o gerenciamento de riscos fazem parte do monitoramento feito pelo Comitê e têm sido satisfatórios aos objetivos propostos.

As classificações contábeis dos instrumentos financeiros consolidados da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estão identificadas a seguir:

Mensurados a valor justo	Custo amortizado (c)
-----------------------------	-------------------------

	por meio do resultado			
	2018	2017	2018	2017
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa (a)	307.538	434.295	518.649	592.567
Aplicações financeiras (a)	478.364	955.589	-	-
Caixa restrito	822.132	268.047	-	-
Direitos com operações de derivativos	-	40.647	-	-
Contas a receber	-	-	853.328	936.478
Depósitos (b)	-	-	885.804	655.244
Outros créditos	-	-	478.628	123.721
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	-	-	7.084.467	7.105.667
Fornecedores	-	-	1.523.952	1.471.150
Fornecedores - Risco sacado	-	-	365.696	78.416
Obrigações com operações de derivativos	409.662	34.457	-	-
Arrendamentos operacionais	-	-	271.485	139.110

(a) A Companhia gerencia parte de suas aplicações financeiras com o objetivo de suprir necessidades de caixa de curtíssimo prazo.

(b) Excluem-se os depósitos judiciais, demonstrados na nota explicativa nº11.

(c) Itens classificados como custo amortizado por se tratarem de créditos, obrigações ou emissões de dívida com instituições privadas onde, em eventuais liquidações antecipadas, não há modificações substanciais em relação aos valores registrados, exceto pelos montantes referentes ao Bônus Perpétuos e Bônus Sênior, conforme divulgado na nota explicativa nº16. Os valores justos se aproximam dos valores contábeis em razão dos curtos prazos dos vencimentos destes ativos e passivos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não houve reclassificação entre as categorias de instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia foram registrados nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

	Combustível	Taxa de juros	Câmbio	Total
Direitos (obrigações) com operações de derivativos em 31 de dezembro de 2017 (*)	40.647	(34.457)	-	6.190
Variações no valor justo				
Ganhos (perdas) reconhecidos no resultado (a)	(25.280)	(4.488)	9.272	(20.496)
Perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes	(349.252)	(37.719)	-	(386.971)
Pagamentos (recebimentos) durante o exercício	(29.383)	30.270	(9.272)	(8.385)
Obrigações com operações de derivativos em 31 de dezembro de 2018 (*)	(363.268)	(46.394)	-	(409.662)
Reconhecidos no passivo circulante	(149.050)	(46.394)	-	(195.444)
Reconhecidos no passivo não circulante	(214.218)	-	-	(214.218)
Movimentação de outros resultados abrangentes				
Saldo em 31 de dezembro de 2017	35.505	(114.821)	-	(79.316)
Ajustes de valor justo durante o exercício	(275.583)	(37.719)	-	(313.302)
Valor no tempo de opções	(73.669)	-	-	(73.669)
Reversões líquidas para o resultado (b)	(64.955)	31.220	-	(33.735)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(378.702)	(121.320)	-	(500.022)
Efeitos no resultado (a-b)	39.675	(35.708)	9.272	13.239
Reconhecidos em resultado operacional	64.955	(17.880)	-	47.075
Reconhecidos em resultado financeiro	(25.280)	(17.828)	9.272	(33.836)

(*) Classificado como "Direitos com operações de derivativos" caso o saldo seja ativo ou como "Obrigação com operações de derivativos" caso o saldo seja um passivo.

A Companhia pode adotar *hedge accounting* como prática de contabilização dos derivativos que são contratados para proteção de fluxo de caixa e que se qualificam para tal classificação de acordo com o CPC 48 - "Instrumentos Financeiros" (IFRS 9). Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia adota como *hedge* de fluxo de caixa para proteção de taxa de juros (predominantemente Libor), e para proteção de combustível aeronáutico.

O *hedge* de fluxo de caixa estão programados para realização e consequente reclassificação para despesa de acordo com os períodos a seguir:

	2019	2020	2021	2022	2023	2023 em diante
Derivativos de juros	(6.282)	(3.951)	(5.334)	(9.697)	(8.271)	(87.785)
Derivativos de combustível	(167.675)	(183.499)	(27.528)	-	-	-
Expectativa de realização (*)	(173.957)	(187.450)	(32.862)	(9.697)	(8.271)	(87.785)

(*) Os valores negativos representam perdas.

29.1. Riscos de mercado

29.1.1. Combustível

O preço do combustível de aeronaves varia em função da volatilidade do preço do petróleo cru e de seus derivados. Para mitigar as perdas atreladas às variações de mercado do combustível, a Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2018, opção de compra (*calls*) e derivativos de *Collar*, de *Brent* e *WTI*. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia reconheceu ganhos totais na demonstração do resultado no montante total de R\$39.675 relativos aos derivativos de combustível (em

31 de dezembro de 2017, a Companhia reconheceu ganhos totais na demonstração do resultado no montante total de R\$13.768 relativos a derivativos de combustível designados como *hedge accounting*).

A Companhia utiliza diferentes instrumentos para proteger a exposição ao preço do combustível, a escolha depende de fatores como liquidez no mercado, valor de mercado dos componentes, níveis de volatilidade, disponibilidade e depósito de margem. Os principais instrumentos são futuros, *collars*, *swaps* e opções.

A estratégia de Gerenciamento de Risco de Combustíveis da Companhia é baseada em modelos estatísticos. Através de modelo desenvolvido, a Companhia é capaz de (i) medir a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o objeto de *hedge*, visando avaliar se a relação entre o preço do combustível de aviação e o preço do combustível internacional se comporta dentro do esperado; e (ii) definir adequadamente o Índice de *hedge* a fim de determinar o volume adequado a ser contratado para proteger a quantidade de litros de combustíveis que será consumido em um determinado período.

Os modelos da Companhia consideram os potenciais fatores de ineficácia que podem impactar nas estratégias de Gestão de Risco, tais como, alteração na precificação do querosene de aviação por parte dos fornecedores e o descasamento de prazo do instrumento de *hedge* e do objeto de *hedge*.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía operações de derivativos de combustível designados como *hedge accounting*.

29.1.2. Câmbio

O risco de câmbio decorre da possibilidade de variação cambial desfavorável às quais o passivo ou o fluxo de caixa da Companhia estão expostos.

A exposição patrimonial ao câmbio está sumarizada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Ativos				
Caixa, aplicações financeiras e caixa restrito	373.431	834.873	963.973	1.215.716
Contas a receber	-	-	148.538	140.716
Depósitos	-	-	885.804	655.244
Direitos com operações de derivativos	-	-	-	40.647
Outros créditos (*)	352.437	-	352.437	-
Total do ativo	725.868	834.873	2.350.752	2.052.323
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	4.659.102	4.034.975	5.576.835	4.593.169
Arrendamentos financeiros a pagar	-	-	640.660	1.476.151
Fornecedores estrangeiros	10.378	1.548	903.287	644.775
Obrigações com operações de derivativos	-	-	409.662	34.457
Arrendamentos operacionais	-	-	271.485	139.110
Total do passivo	4.669.480	4.036.523	7.801.929	6.887.662
Total da exposição cambial passiva	3.943.612	3.201.650	5.451.177	4.835.339
Compromissos não registrados no balanço				
Obrigações futuras decorrentes de contratos de arrendamento operacional	-	-	7.135.784	5.304.714
Obrigações futuras decorrentes de pedidos firmes para compra de aeronaves	63.235.639	45.090.382	63.235.639	45.090.382
Total	63.235.639	45.090.382	70.371.423	50.395.096
Total da exposição cambial R\$	67.179.251	48.292.032	75.822.600	55.230.435
Total da exposição cambial US\$	17.337.476	14.598.559	19.568.133	16.696.020
Taxa de câmbio (R\$/US\$)	3,8748	3,3080	3,8748	3,3080

(*) Montante relativo à venda de 7 aeronaves com prazo de em março de 2019. Para maiores informações, vide nota explicativa nº28.2.

A Companhia possui essencialmente indexação ao dólar norte-americano.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia reconheceu um ganho de R\$9.272 com operações de *hedge* de câmbio (a Companhia não realizou operações de *hedge* de câmbio no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2017).

29.1.3. Taxa de juros

A estratégia de gerenciamento de risco de juros da Companhia combina taxas de juros fixas e flutuantes, e determina se será necessário ampliar ou reduzir as exposições às taxas de juros. A Companhia gerencia sua exposição através da apuração do *Basis Point Value* (“BPV”) de cada contrato, e utiliza volumes que equivalem à quantidade de BPVs necessários para atingir os objetivos propostos na Gestão de Riscos para a contratação de derivativos.

Através de modelos estatísticos, a Companhia comprova a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o objeto de *hedge*, considerando potenciais fatores de inefetividade, tais como o descasamento de prazo do Instrumento de *hedge* e do objeto de *hedge*.

A Companhia está exposta a operações futuras de arrendamento mercantil, cujas parcelas a serem pagas estão expostas à variação da taxa Libor até o recebimento da aeronave. Para mitigar tais riscos, a Companhia detém instrumentos financeiros derivativos do tipo *swap* de taxa de juros Libor. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia reconheceu uma perda total com operações de *hedge* de juros no valor de R\$35.708 (perda de R\$33.501 no exercício findo em 31 de dezembro 2017).

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia e suas controladas possuem contratos de derivativos de juros Libor designados como *hedge accounting*.

29.2. Riscos de crédito

O risco de crédito é inerente às atividades operacionais e financeiras da Companhia, principalmente presente nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber. Os ativos financeiros classificados como caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras são depositados em contrapartes que possuem rating mínimo de *investment grade* na avaliação feita pelas agências S&P ou Moody’s (entre AAA e AA-), conforme estabelecido por políticas de gestão de risco. As instituições financeiras com as quais a Companhia detém concentração acima de 10% para o volume total de ativos financeiros são Itaú e Banco do Brasil, sendo que os demais ativos são diluídos em outras instituições financeiras, seguindo a política de risco da Companhia.

O saldo de contas a receber é composto por valores a vencer de operadoras de cartões de crédito, agências de viagens, vendas parceladas e entidades governamentais, o que deixa a Companhia exposta a uma pequena parcela do risco de crédito de pessoas físicas e demais entidades. A Companhia utiliza matriz de provisão para constituição de provisão de perda esperada para a vida toda do ativo, que considera dados históricos na determinação da perda esperada, através da segmentação da carteira de recebíveis em grupos que possuem o mesmo padrão de comportamento e de acordo com os prazos de vencimento. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação e os valores contábeis representam a exposição máxima do risco de crédito. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são monitorados frequentemente pela Companhia.

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados em mercado de balcão (“OTC”), junto a contrapartes com *rating* mínimo de *investment grade*, ou em bolsa de valores de mercadorias e futuros (B3 e NYMEX), o que mitiga substancialmente o risco de crédito. A Companhia tem como obrigação avaliar os riscos das contrapartes em instrumentos financeiros e diversificar a exposição periodicamente.

29.3. Riscos de liquidez

A Companhia está exposta ao risco de liquidez de duas formas distintas: (i) risco de liquidez de mercado,

que varia de acordo com os tipos de ativos e mercados em que os ativos são negociados, e (ii) liquidez do fluxo de caixa, relacionado com o surgimento de dificuldades para cumprir com as obrigações operacionais contratadas nas datas previstas. A fim de atendimento da gestão de risco de liquidez, a Companhia aplica seus recursos em ativos líquidos (títulos públicos federais, CDBs e fundos de investimento com liquidez diária) e a Política de Gestão de Caixa estabelece que o prazo médio ponderado da dívida deva ser maior que o prazo médio ponderado do portfolio de investimento.

Os cronogramas de vencimento dos passivos financeiros consolidados da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são como segue:

	Menos de 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	903.492	319.832	2.856.625	3.004.518	7.084.467
Fornecedores	1.403.793	22	120.137	-	1.523.952
Fornecedores - Risco sacado	365.696	-	-	-	365.696
Obrigações com operações de derivativos	95.773	99.671	214.218	-	409.662
Arrendamentos operacionais	135.799	-	135.686	-	271.485
Em 31 de dezembro de 2018	2.904.553	419.525	3.326.666	3.004.518	9.655.262
Empréstimos e financiamentos	369.496	793.376	2.651.018	3.291.777	7.105.667
Fornecedores	1.245.352	3.772	222.026	-	1.471.150
Fornecedores - Risco sacado	78.416	-	-	-	78.416
Obrigações com operações de derivativos	34.457	-	-	-	34.457
Arrendamentos operacionais	28.387	-	110.723	-	139.110
Em 31 de dezembro de 2017	1.756.108	797.148	2.983.767	3.291.777	8.828.800

29.4. Gerenciamento de capital

A Companhia busca alternativas de capital com o objetivo de satisfazer as suas necessidades operacionais, objetivando uma estrutura de capital que considera parâmetros adequados para os custos financeiros e os prazos de vencimento das captações e suas garantias. A Companhia acompanha seu grau de alavancagem financeira, o qual corresponde à dívida líquida, incluindo empréstimos de curto e longo prazo. A tabela a seguir demonstra a alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	Consolidado	
	2018	2017
Total dos empréstimos e financiamentos	7.084.467	7.105.667
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(826.187)	(1.026.862)
(-) Aplicações financeiras	(478.364)	(955.589)
(-) Caixa restrito	(822.132)	(268.047)
A - Dívida líquida	4.957.784	4.855.169
B - Total do patrimônio líquido negativo	(4.505.351)	(3.088.521)
C = (B + A) - Capital total	452.433	1.766.648

29.5. Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros foi elaborada nos termos da Instrução CVM nº475/08, com o objetivo de estimar o impacto no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia, considerando três cenários na variável de risco considerada: cenário mais provável, na avaliação da Companhia (sendo este o de manutenção dos níveis de mercado); deterioração de 25% (cenário adverso possível) na variável de risco; deterioração de 50% (cenário adverso remoto).

As estimativas apresentadas não refletem necessariamente os montantes apuráveis nas próximas demonstrações financeiras. O uso de metodologias diferentes pode ter um efeito material sobre as estimativas apresentadas.

Os quadros a seguir demonstram a análise de sensibilidade sobre a exposição cambial, posição de derivativos em aberto e as taxas de juros em 31 de dezembro de 2018 para os riscos de mercado considerados relevantes pela Administração da Companhia. Os valores apresentados positivos são exposições ativas (ativos maiores do que passivos) e valores expostos negativos são exposições passivas (passivos maiores do que ativos).

29.5.1. Fator de risco de câmbio

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia adotou a taxa de câmbio de R\$3,8748/US\$1,00, correspondente à taxa de fechamento do mês divulgada pelo Banco Central do Brasil como cenário provável. O quadro a seguir demonstra a análise de sensibilidade e o efeito no resultado da oscilação do câmbio no valor exposto em 31 de dezembro de 2018:

		Controladora	Consolidado
	Taxa de câmbio	Efeito no resultado	Efeito no resultado
Passivo líquido exposto ao risco de valorização do dólar norte-americano	3,8748	(3.943.612)	(5.451.177)
Desvalorização do dólar (-50%)	1,9374	1.971.806	2.725.589
Desvalorização do dólar (-25%)	2,9061	985.903	1.362.794
Valorização do dólar (+25%)	4,8435	(985.903)	(1.362.794)
Valorização do dólar (+50%)	5,8122	(1.971.806)	(2.725.589)

29.5.2. Fator de risco de combustível

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia, por meio de sua controlada GLA, detém contratos de derivativos de petróleo para proteção equivalente a 58,6% do consumo de 12 meses, proteção acumulada equivalente a 43,0% do consumo acumulado de 24 meses e proteção de 28.5% para 36 meses. Os cenários prováveis utilizados pela Companhia são as curvas de mercado no fechamento do dia 31 de dezembro de 2018, tanto para derivativos que protegem o risco de preço do combustível quanto para os derivativos que protegem o risco de taxa de juros Libor. O quadro a seguir demonstra a análise de sensibilidade em dólares norte-americanos da oscilação dos preços do barril de combustível aeronáutico:

	Combustível	
	US\$/bbl (WTI)	R\$ (000)
Queda nos preços/barril (-50%)	22,71	(735.676)
Queda nos preços/barril (-25%)	34,06	(361.493)
Aumento nos preços/barril (+25%)	56,76	343.433
Aumento nos preços/barril (+50%)	68,12	720.179

29.5.3. Fator de risco de taxa de juros

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia detinha aplicações e dívidas financeiras com diversos tipos de taxas e posição em derivativos de juros Libor. Na análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos, foi considerado o impacto nos juros anuais apenas sobre as posições com valores significativos em 31 de dezembro de 2018 (vide nota explicativa nº16) e expostos às oscilações nas taxas de juros, conforme os cenários demonstrados a seguir. Os valores demonstram os impactos no resultado de acordo com os cenários aplicados:

Risco	Consolidado		
	Aplicações financeiras líquidas de dívidas financeiras (a)		Derivativo (c)
	Aumento da taxa CDI	Queda da taxa Libor	Queda da taxa Libor
Taxas referenciais	6,40%	2,81%	2,81%
Valores expostos (cenário provável) (b)	370.282	(991.760)	(46.394)
Cenário favorável remoto (-50%)	83.229	41.803	1.956
Cenário favorável possível (-25%)	69.358	34.836	1.630
Cenário adverso possível (+25%)	(69.358)	(34.836)	(1.630)
Cenário adverso remoto (+50%)	(83.229)	(41.803)	(1.956)

(a) Refere-se à soma dos valores aplicados e captados no mercado financeiro e indexados à taxa CDI e a Libor, valor negativo significa captação maior do que aplicação.

(b) Saldos contábeis registrados em 31 de dezembro de 2018.

(c) Derivativos contratados para proteção de variação de taxa Libor embutida nos contratos de operações de recebimento futuro de aeronaves.

Abaixo a proteção de taxa de juros contratada pela Companhia:

	2019	2020	2021	2022	2023	Total
<i>Basis Point Value</i> ("BPV") - milhares	-	185	138	68	-	391
Aeronaves a entregar	1	8	6	3	-	18
Percentual protegido	43%	68%	71%	53%	-	45%

Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Visando atender as exigências de divulgação dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo, a Companhia e suas controladas devem fazer o agrupamento desses instrumentos nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo:

- Nível 1: Mensurações de valor justo são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: Mensurações de valor justo são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3: Mensurações de valor justo são obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem para ativo ou passivo, mas que não tem como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

A tabela abaixo demonstra um resumo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas mensurados a valor justo com suas respectivas classificações dos métodos de valoração, em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	Hierarquia de valor justo	2018		2017	
		Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	307.538	307.538	434.295	434.295
Aplicações financeiras	Nível 1	21.100	21.100	32.701	32.701
Aplicações financeiras	Nível 2	457.264	457.264	922.888	922.888
Caixa restrito	Nível 2	822.132	822.132	268.047	268.047
Direitos com operações de derivativos	Nível 2	-	-	40.647	40.647
Obrigações com operações de derivativos	Nível 2	(409.662)	(409.662)	(34.457)	(34.457)

30. Passivos de atividades de financiamento

As movimentações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 dos passivos das atividades de financiamento da Companhia estão demonstrada a seguir:

Controladora

2018								
	Saldo inicial	Fluxo de caixa	Pagamentos de juros e custos de empréstimos	Alterações não caixa			Outros	Saldo final
				Alienação de ações em tesouraria	Variações cambiais, líquidas	Provisão de juros e amortização de custos		
Empréstimos e financiamentos	4.034.975	(152.831)	(286.686)	-	697.879	365.765	-	4.659.102
Ações em tesouraria	(4.168)	(15.929)	-	19.971	-	-	-	(126)
Capital social	3.040.512	15.428	-	-	-	-	-	3.055.940
Ações a emitir	-	2.818	-	-	-	-	-	2.818
Obrigações com partes relacionadas	135.010	(136.420)	(8.458)	-	3.738	7.139	(1.009)	-

2017							
	Saldo inicial	Fluxo de caixa	Pagamentos de juros sobre empréstimos	Alterações não caixa		Provisão de juros sobre empréstimos	Saldo final
				Variações cambiais líquidas			
Empréstimos e financiamentos	3.261.714	723.156	(272.596)	39.885		282.816	4.034.975
Capital social	3.037.820	2.692	-	-		-	3.040.512
Obrigações com empresas relacionadas	21.818	111.551	-	322		1.319	135.010

Consolidado

2018												
	Saldo inicial	Fluxo de caixa	Lucro do exercício	Aquisição de imobilizado por meio de financiamentos	Alterações não caixa				Efeitos de alteração na participação societária	Variações cambiais líquidas	Pagamentos de juros e custos sobre empréstimos	Outros
					Baixa imobilizado	Dividendos provisionados por meio da controlada Smiles	Provisão de juros sobre empréstimos	Alienação de ações em tesouraria				
Empréstimos e financiamentos	7.105.667	(536.888)	-	193.506	(805.081)	-	565.854	-	-	1.043.117	(481.708)	-
Outras obrigações	143.473	(219.493)	-	-	-	238.879	-	-	-	-	-	(15.620)
Participação de acionistas não controladores da Smiles	412.013	875	305.669	-	-	(239.877)	-	-	561	-	-	820
Ações em tesouraria	(4.168)	(15.929)	-	-	-	-	-	19.971	-	-	-	-
Ações a emitir	-	2.818	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Capital social	2.927.184	15.428	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

2017											
	Saldo inicial	Fluxo de caixa	Lucro do exercício	Alterações não caixa			Provisão de juros sobre empréstimos	Outros	Saldo final		
				Captações	Pagamento de juros sobre empréstimos	Variações cambiais sobre empréstimos					
Empréstimos e financiamentos	6.379.220	612.396	-	63.066	(505.105)	68.895	502.529	(15.334)	7.105.667		
Participação de acionistas não controladores da Smiles	293.247	(238.669)	359.025	-	-	-	-	(1.590)	412.013		
Capital social	2.924.492	2.169	-	-	-	-	-	523	2.927.184		

31. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2018, as coberturas de seguros mais relevantes, por natureza, considerando-se a frota de aeronaves em relação aos valores máximos indenizáveis denominados em dólares norte-americanos, juntamente com a cobertura de seguros da controlada Smiles, são como segue:

	Em milhares de Reais	Em milhares de dólares
GLA		
Garantia - casco/guerra	329.358	85.000
Responsabilidade civil por ocorrência/aeronave (a)	2.906.100	750.000
Estoques (local) (b)	968.700	250.000
Smiles		
Fiança locatícia (Cond. Rio Negro - Alphaville)	1.238	-
Responsabilidade civil D&O	100.000	-
Incêndio (Seguro patrimonial Cond. Rio Negro - Alphaville)	12.747	-

(a) Em conformidade com o valor acordado de cada aeronave até o limite máximo indicado.

(b) Valores por ocorrência e no agregado anual.

Por meio da Lei nº 10.744, de 9 de outubro de 2003, o governo brasileiro assume eventuais despesas de responsabilidades civis perante terceiros, provocadas por atos de guerra ou atentados terroristas, ocorridos no Brasil ou no exterior, limitada a equivalente em Reais do valor global de US\$1,0 bilhão a partir de 10 de setembro de 2001, pelos quais a GLA possa vir a ser exigida.

32. Eventos subsequentes

Conforme comunicado ao mercado divulgado em 3 de janeiro de 2019, a Companhia anunciou que a sua subsidiária, Gol Finance, iniciou a sua oferta pública de aquisição em dinheiro ("*Tender Offer*") de todas e quaisquer US\$91.533, em montante principal agregado, do Bônus Sênior IV com vencimento em 2022, remunerado a 8,875% a.a. Em 1º de fevereiro de 2019, a Companhia encerrou o *Tender Offer* com o recebimento de ofertas válidas de aproximadamente US\$13.460, o que representa cerca de 15% do Bônus Sênior IV.

Em 1º de fevereiro de 2019, a controlada Smiles Fidelidade realizou a venda de sua participação na coligada Netpoints no montante de R\$914, relativo ao percentual de participação detido pela Smiles Fidelidade.

Em 14 de fevereiro de 2019, o Conselho de Administração da controlada Smiles Fidelidade aprovou a distribuição de dividendos adicionais propostos aos acionistas no montante de R\$284.471. Tal distribuição está sujeita à aprovação na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 16 de abril de 2019. Na mesma data, o Conselho de Administração da controlada aprovou o aumento de capital no montante de R\$210.000, sem emissão de novas ações.